

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
UNOESC – UNIDADE CHAPECÓ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

LEANDRO JOSÉ PAETZOLD

REPRESENTATIVIDADE DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E O PROGRAMA  
MAIS ALIMENTOS: Resultados e Expectativas na Agricultura Familiar

Chapecó, SC  
2015

LEANDRO JOSÉ PAETZOLD

REPRESENTATIVIDADE DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E O PROGRAMA  
MAIS ALIMENTOS: Resultados e Expectativas na Agricultura Familiar

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus Chapecó, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Professor Orientador: Dr. Silvio Santos Junior

Chapecó, SC  
2015

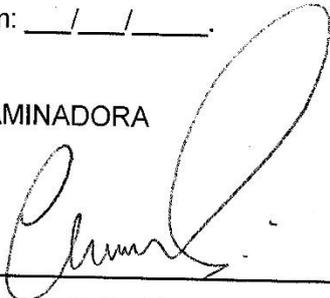
LEANDRO JOSÉ PAETZOLD

OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS: Um  
estudo no Sicoob São Miguel na agência do município de Palma Sola/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado  
Profissional em Administração da Universidade do  
Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus  
Chapecó, como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Administração.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr. Cristina Keiko Yamaguchi  
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC



Prof.ª Dr. Simone Sehnem  
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC



Prof. Dr. Sílvio Santos Junior  
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados Pecuários de Palma Sola-SC.....	48
Tabela 2 - Dados Agrícolas de Palma Sola-SC.....	49
Tabela 3 - Composição Florestal de Palma Sola-SC .....	49
Tabela 4 - Relação entre os objetivos e fontes de evidência .....	53
Tabela 5 - Faixa etária dos respondentes e a Composição Familiar.....	57
Tabela 6 - Nível de Escolaridade .....	58
Tabela 7 - Tamanho das propriedades em hectares.....	59
Tabela 8 - Atividades de renda e área arrendada .....	60
Tabela 9 - Instituições que estabelecem negociação.....	61
Tabela 10 - Quantidade de cursos frequentados e os tipos de Cursos Realizados ..	63
Tabela 11 - Formas de Controle realizados x Atividades Rurais.....	63
Tabela 12 - Valor do Crédito Contratado.....	65
Tabela 13 - Investimento ideal x Motivo relevante para investimento .....	66
Tabela 14 - Os efeitos na família x Motivo relevante.....	67
Tabela 15 - Efeitos na Propriedade x Tipos de Cursos Realizados .....	68
Tabela 16 - Registros na Bovinocultura de Leite x Escolaridade .....	68
Tabela 17 - Atividade Investida pelo Programa Mais Alimentos.....	69
Tabela 18 - Início das Atividades .....	70
Tabela 19 - Ano de Investimento de acordo com as Atividades.....	71
Tabela 20 - Satisfação com o Programa Mais Alimentos x Efeitos na Família.....	72
Tabela 21 - Valor do Crédito Contratado x Quantidade de Área própria .....	74
Tabela 22 - Preços médios do Leite praticados ao produtor rural .....	75
Tabela 23 - Instituições onde são negociados a produção x cursos realizados pelos produtores .....	77
Tabela 24 - Instituições de contratação de crédito no Programa Mais Alimentos .....	78
Tabela 25 - Motivos de contratação em outra instituição de crédito x valor contratado .....	78
Tabela 26 - Área de Propriedade Própria x Sugestões de melhoria no Programa Pronaf Mais Alimentos.....	79

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo decisório da economia clássica e a racionalidade absoluta .....	24
Figura 2 -Fatores influentes no modelo da Racionalidade Limitada de Simon.....	26
Figura 3 - Localização do Município de Palma Sola.....	48
Figura 4. Recursos da Investigação da Pesquisa .....	53
Figura 5 - Proposição de melhorias na análise de crédito antes da concessão .....	83
Figura 6 - Proposição de melhorias na análise de crédito durante a concessão.....	83
Figura 7 - Proposição de melhorias na análise de crédito após a concessão do crédito.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda Bovinocultura de Leite x Renda Produção de Milho.....	71
Gráfico 2 - Correlação entre o valor de crédito e a quantidade de hectares da propriedade própria .....	74
Gráfico 3 - Evolução da produção de Leite de 2009 a 2014.....	75
Gráfico 4 - Evolução da produção Média das Culturas Anuais .....	76

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS, a minha família, a minha esposa, ao meu filho, aos meus pais e a todas as pessoas que estiveram próximas, me motivando e auxiliando para que alcançasse este objetivo pessoal.

A Cooperativa de Crédito Sicoob São Miguel por permitir a realização do mestrado e possibilitar as horas de estudo dedicadas a construção desta dissertação.

Ao Programa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, pela bolsa de estudos para a realização desta pesquisa.

Ao SESCOOP pelo apoio na conclusão da pesquisa.

Aos colegas de trabalho que entenderam as minhas ausências, me substituindo e me ajudando, para que eu pudesse me deslocar até a Universidade e assim estudar.

Aos amigos, que do seu modo transmitiam energia e vibração para mim para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O programa Pronaf Mais Alimentos proporciona a Agricultura Familiar, o acesso ao crédito de até R\$ 150.000 por ano safra. O acesso a este recurso tem como objetivo desenvolver e aumentar a produção de alimentos nas propriedades rurais. Os objetivos visam descrever os reflexos entre o processo de concessão de crédito de uma cooperativa de crédito e o programa Mais Alimentos proporcionada nas propriedades da agricultura familiar, para aprimoramentos na concessão de crédito no sistema cooperativo. A metodologia se enquadra como pesquisa quantitativa, fundamentada em um estudo de caso em corte transversal. Os recursos da pesquisa são: análise documental, questionário e observação. O delineamento da pesquisa compreende: 50 liberações de crédito do programa Pronaf Mais Alimentos, no período de 2009 a 2014 no município de Palma Sola-SC. A análise se deu pela triangulação dos dados coletados de múltiplas fontes de evidência. A partir das análises constatou-se que, o programa Pronaf Mais Alimentos oportunizou aos produtores familiares a possibilidade de melhorar a propriedade e as condições de trabalho. A pesquisa demonstrou correlação entre os cursos realizados e as formas de controle da produção, para a atividade de bovinocultura de leite. Os investimentos na atividade de bovinocultura de leite obtiveram crescimento de 163% no período de 2009 a 2014 e os investimentos na atividade de Culturas Anuais (milho, soja e trigo), a produção manteve-se estável no período analisado. Os produtores rurais, sugerem que a cooperativa torne mais ágeis as liberações de crédito e quanto ao Programa Pronaf Mais Alimentos, identificam a necessidade de incluir a compra de imóveis rurais e a maior disponibilidade de profissionais técnicos para orientar o processo produtivo.

Palavras Chaves: Investimento, tomada de decisão, Agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos

## **ABSTRACT**

The Pronaf more food program provides family agriculture, the access to credit of up to R\$ 150.000 per year. The access to this resource aims to develop and increase food production in rural properties. The goals are intended to describe the reflections between the process of granting credit to a Credit Union and the more food program provides the properties of family agriculture, for improvements in the granting of credit in the cooperative system. The methodology fits and quantitative research, based on a case study in cross-section. Research Resources are: documentary analysis , questionnaire and observation. The design of the survey include: 50 Credit releases Pronaf More Food program , from 2009 to 2014 in the city of Palma Sola- SC. The analysis was done by triangulation of data collected from multiple sources of evidence. From the analysis it was found that the Pronaf More Food program provided an opportunity for family farmers the to improve the property and working conditions. Research has shown correlation between the courses taken and the forms of control of production for dairy cattle activity. Investments in dairy cattle activity achieved growth of 163 % from 2009 to 2014 and investments in the activity Annual crops (corn, soybeans and wheat), production remained stable during the period. Farmers suggest that the cooperative become more agile credit releases and as the Pronaf More Food Program, identifies the need to include the purchase of rural properties and the increased availability of technical professionals to guide the production process.

Keywords: Investment, Decision Making, Family Agriculture, Food Acquisition Program.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	OBJETIVOS .....	14
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	15
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	15
1.2	JUSTIFICATIVA .....	15
2	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	19
2.1	TOMADA DE DECISÃO .....	19
2.1.1	<b>Os Modelos de Racionalidade</b> .....	22
2.1.1.1	O modelo da Racionalidade Absoluta .....	23
2.1.1.2	O modelo da Racionalidade Limitada (Bounded Rationality) .....	25
2.3	CRÉDITO RURAL NO BRASIL .....	28
2.3.1	<b>Pronaf</b> .....	33
2.3.1.1	Pronaf Mais Alimentos.....	37
2.4	AGRICULTURA FAMILIAR .....	40
2.4.1	<b>A Agricultura Familiar em Santa Catarina</b> .....	46
2.5	CARACTERIZAÇÃO DO SETOR.....	47
2.5.1	<b>Características de Palma Sola</b> .....	48
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	50
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	50
3.2	A ESCOLHA DO MÉTODO: JUSTIFICATIVAS.....	50
3.3	DESENHO DA PESQUISA .....	52
3.3.1	<b>Análise documental</b> .....	53
3.3.2	<b>Levantamento estruturado (questionário)</b> .....	54
3.3.3	<b>Observação</b> .....	55
3.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	55

4	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	57
4.1	PERFIL DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA.....	57
4.2	FATORES QUE LEVARAM A INGRESSAR NO PRONAF MAIS ALIMENTOS .....	63
4.3	PRONAF MAIS ALIMENTOS E A PRODUÇÃO.....	69
4.4	DIAGNOSTICAR AS POSSIBILIDADES DE MELHORAR A ANÁLISE DOS INVESTIMENTO NA COOPERATIVA .....	78
5	<b>APLICABILIDADE DO TRABALHO PRODUZIDO</b> .....	82
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87
	<b>APÊNDICE</b> .....	95
	APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO.....	95
	APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	101
	<b>ANEXOS</b> .....	102
	ANEXO I – QUADRO COM O ENQUADRAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida junto ao Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Esta pesquisa é vinculada a linha de pesquisa Competitividade do Agronegócio, que busca estratégias e ferramentas para a contribuição do desenvolvimento da atividade produtiva da região Oeste de Santa Catarina. Desta forma através da inserção social contribui para a obtenção de resultados favoráveis, melhoria no padrão de qualidade de vida, satisfação e bem-estar gerando desenvolvimento para a região.

O propósito da tarefa de construir o futuro não é decidir o que deve ser feito amanhã, e sim o que deve ser feito hoje, para que haja um amanhã (DRUCKER, 1998). Esta afirmação demonstra a realidade de muitas organizações, que buscam gerir informações, a fim de estabelecer estratégias que as garantam em posições desejáveis, frente aos desafios do ambiente que as envolve.

A agricultura familiar brasileira é diversificada e engloba tanto famílias que vivem em condições de extrema pobreza, quanto produtores inseridos em uma agricultura dita moderna. Esta heterogeneidade é fruto da própria formação dos grupos ao longo da história, de heranças culturais variadas, da experiência profissional e de vidas particulares, bem como, o acesso e disponibilidade diferenciados a um conjunto de fatores produtivos (BUANAIN, *et al.*, 2006).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Essa quantidade de agricultores familiares, ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Estes dados demonstram a importância que a agricultura familiar representa para a economia brasileira, sendo responsável por 70% da produção de todos os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (IBGE, 2006).

Para estimular este importante segmento da sociedade, o acesso dos agricultores familiares aos recursos creditícios vem sendo colocado como uma das variáveis importantes para a sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar. O principal programa de concessão de crédito rural no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, e totalmente direcionado aos agricultores familiares, tornando-se um ponto de referência da agricultura brasileira.

O Pronaf vem se firmando como política pública de crédito diferenciado, porém isto não impede de indagar se os recursos estão, de fato, contribuindo para a viabilidade socioeconômica dos agricultores familiares. No Plano Safra 2008/2009, criou-se uma nova forma de crédito, a Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos, mais conhecido como Pronaf Mais Alimentos, objetivando o incremento da produtividade da agricultura familiar.

Assim, em um cenário de estímulo à agricultura, este estudo analisa os processos de satisfação das necessidades de informações empregados para a inclusão dos produtores rurais no Programa Pronaf Mais Alimentos. A pesquisa visa, identificar como ocorre o processo decisório nas propriedades para optar pela contratação do investimento e promover o desenvolvimento da propriedade.

A Cooperativa foi fundada em 25 de julho de 1989, com 34 associados fundadores. Inicialmente atuava com as atividades direcionadas exclusivamente ao segmento rural, porém, pela necessidade de expansão de negócios, conquistou em 2007 a aprovação do projeto de Livre Admissão de Associados, passando a atender todos os segmentos econômicos conforme regras do Estatuto Social e legislação pertinente.

O Conselho de Administração reúne-se no mínimo uma vez por mês para deliberar sobre os assuntos administrativos da Cooperativa, aprovação ou não de novos associados, decisões sobre diretrizes e estratégias de ação, bem como, outros assuntos pertinentes ao conselho e associados da instituição. Este conselho, é responsável pela Cooperativa junto ao Banco Central do Brasil e demais órgãos.

O Conselho Fiscal tem a função de fiscalizar as ações da diretoria e funcionários, para que toda a sociedade cooperativa tenha transparência e segurança do trabalho realizado. A diretoria executiva participa ativamente acompanhando a execução dos trabalhos realizados em todas as unidades da Cooperativa, garantindo assim a credibilidade da instituição.

O comitê de crédito criado em 1997 zela pela garantia e pulverização democrática do crédito. É uma exigência legal e foi muito importante para o crescimento sadio do crédito. Com a análise dos créditos e cumprimento das exigências de cada operação, com agilidade e menor burocracia.

Apresenta como missão: "Promover o desenvolvimento econômico e social, prestando serviços financeiros inovadores com excelência e ética, visando a satisfação dos cooperados e sociedade".

Como visão: "Figurar entre as 20 maiores cooperativas de crédito do país sendo referência como cooperativa de soluções financeiras, interagindo com a comunidade e satisfazendo as necessidades dos cooperados e colaboradores".

Para a contratação do crédito a cooperativa possui uma equipe de analistas que recebem todas as operações de crédito. A primeira parte da análise compete à conferência da documentação de acordo com *check list* que visa inicialmente buscar erros operacionais nas agências.

Após a primeira análise, as operações são passadas para o segundo nível de analistas que identificam a viabilidade da operação em decorrência, das dívidas contraídas até o presente momento, junto a cooperativa e as demais Instituições financeiras, mediante relatório do Banco Central. Para isso, é realizada a conferência do projeto técnico de viabilidade econômica, que é elaborado por profissional habilitado e credenciado junto à cooperativa.

Após estes procedimentos, as operações são encaminhadas para o comitê de crédito composto pelos seguintes membros da cooperativa: dois membros da diretoria executiva composta por três diretores (diretor operacional, diretor administrativo e diretor financeiro), três membros do Conselho de Administração, gerente de crédito e um gerente regional. O comitê de crédito analisa o parecer dos analistas em cada operação de crédito e verificam as seguintes questões: reciprocidade do associado com a cooperativa (crédito e débito em conta corrente), e o histórico do associado em negociações com a cooperativa.

## 1.1 OBJETIVOS

Esta subseção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos delineados para a realização e desenvolvimento do estudo. Aaker, Kumar e Day (2004) descrevem os objetivos como os motivos pelos quais se está realizando a pesquisa e que orientam quase que simultaneamente a definição do problema e as hipóteses. Assim, os objetivos podem ser divididos em dois grupos, o objetivo geral pode ser considerado o ponto de partida da pesquisa e sua finalidade é indicar a direção e

deverá ser seguida pelo pesquisador e os objetivos específicos servem para esclarecer e delimitar o objetivo geral.

### 1.1.1 **Objetivo Geral**

Descrever os reflexos entre o processo de concessão de crédito de uma cooperativa de crédito e o programa Mais Alimentos proporciona nas propriedades da agricultura familiar

### 1.1.2 **Objetivos Específicos**

- Descrever o perfil dos associados da cooperativa;
- Identificar quais os fatores que o levaram a ingressar no Programa Mais Alimentos;
- Identificar o incremento em nível de produção e produtividade obtido pelos produtores rurais que aderiram ao Programa Mais Alimentos;
- Diagnosticar possibilidades de melhorias ao modelo de análise de crédito da cooperativa de crédito.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a relevância de investigar os destinos que os agricultores familiares estão dando aos recursos captados pelo Programa Mais Alimentos e como se deu o processo decisório de participar do Programa; no sentido de compreender se os recursos estão melhorando as condições de produtividade e de vida dos agricultores, uma vez que a simples disponibilização de crédito não é garantia de viabilização e sobrevivência dos agricultores familiares.

Atualmente o modelo utilizado na cooperativa consiste na apresentação de todos os documentos que comprovem os bens, sejam eles através de escritura comprobatória, ou através da declaração de imposto de renda; o mesmo procedimento é realizado para a comprovação das rendas. Observa-se a reciprocidade do associado (cliente) com a cooperativa através de depósitos e transações financeiras.

No momento em que as operações são encaminhadas para análise, deve-se estar com os itens acima todos atualizados até o período de um ano. Outros documentos são necessários: quando é dado um imóvel em garantia é necessário a matrícula do imóvel e sua respectiva avaliação por profissional habilitado, nos casos rurais o profissional responsável é um engenheiro agrônomo previamente cadastrado no conselho de classe e na cooperativa para a prestação deste serviço.

Todos estes documentos são dispostos em um dossiê e encaminhados juntamente com a proposta de crédito e os respectivos pedidos dos itens a serem financiados. A partir disso, inicia-se o processo de análise cadastral por profissionais analistas das operações, que ao identificar irregularidades ou inconformidades devolvem a proposta para regularização. Caso toda a documentação esteja de acordo com as exigências a mesma é submetida a análise dos diretores e membros do conselho de administração da cooperativa.

E com isso chega-se a algumas questões: a análise do crédito está sendo corretamente analisada? Os objetivos do programa estão sendo atendidos nas propriedades rurais? As melhorias proporcionadas pelo crédito do Programa resultaram em aumento de suas receitas? Como os produtores definem o setor da agricultura que irão aplicar os investimentos com recursos provenientes do Programa Mais Alimentos? Como estes recursos realmente contribuiriam para que as propriedades fizessem melhorias, aumentassem sua produção?

Por meio de respostas a estes questionamentos, bem como efetuando outras análises sobre essas questões de base, este estudo, faz a proposta de um modelo que ajude a cooperativa de crédito a verificar as características que viabilizam a permanência destes profissionais no campo, de forma que eles tenham qualidade de vida, satisfação pessoal e ao mesmo tempo zelem pelos investimentos realizados.

Justifica-se este estudo, principalmente pela cooperativa ser alicerçada especialmente por produtores rurais que compõem a base operativa, e também pelo fato, dos mesmos terem auxiliado em sua fundação. Neste sentido, tal estudo vem ao encontro das necessidades da cooperativa e de seus associados, podendo ainda servir de piloto para eventuais melhorias no sistema de concessão de crédito por outras instituições financeiras.

Quanto a metodologia a ser utilizada a pesquisa se enquadra como quantitativa, fundamentada no estudo de caso como método da pesquisa, havendo

também, contribuições qualitativas para corroborar e afirmar os dados obtidos. Quanto aos objetivos a classificação da pesquisa é explicativa.

Como estratégia de análise, utilizou-se de múltiplas fontes de evidências para promover o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, através de análise documental, questionários e a observação do pesquisador.

Conforme Denzin e Lincoln (2000) afirmaram que a triangulação pode ser uma alternativa à validação, sendo este, um conjunto de diferentes perspectivas metodológicas, aliados a materiais empíricos diversificados e à participação de pesquisadores em um só estudo, podendo ser vistas, como um processo que acrescenta rigor, riqueza e profundidade as pesquisas.

Além desta seção introdutória, este trabalho apresenta, no segundo capítulo uma revisão de literatura para identificação de conceitos que servirão de base para esta pesquisa, sendo uma delas o processo de tomada de decisão. Discorre-se sobre o valor da informação e comunicação para o processo decisório. Busca-se entender os modelos de racionalidade que tentam explicar como ocorre o processo de tomada de decisões.

Em seguida apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre os agricultores familiares que serão os objetos de estudos, objetivando entender como se deu o processo de classificação da categoria e a sua importância no contexto econômico local e nacional. São apresentados maiores informações e características sobre a agricultura familiar em Santa Catarina.

Após, é realizada uma descrição do local de estudo que é o município de Palma Sola-SC, suas características históricas e de colonização, sua importância econômica, social e cultural para a região.

Complementando a revisão bibliográfica, são apresentadas informações sobre o crédito rural no Brasil, seu histórico e a sua importância para o crescimento da classe de agricultores. São descritas algumas características sobre a criação do Programa Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como ele é subdividido entre as diferentes modalidades e linhas de financiamento; e como os agricultores são enquadrados, de modo a obter os recursos de acordo com a classificação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Na sequência são apresentadas as peculiaridades do Pronaf Mais Alimentos, as linhas de financiamento, as taxas de juros, os limites e o prazo de pagamento do mesmo.

No terceiro capítulo está descrita a metodologia de estudo, na qual serão descritos os procedimentos metodológicos e as demais características da pesquisa.

No quarto capítulo são descritos os resultados obtidos com a pesquisa separados em subitens de acordo com os objetivos específicos. O quinto capítulo apresenta a aplicabilidade do estudo baseado nos dados da pesquisa e o sexto capítulo discorre sobre as considerações e sugestões de estudos futuros baseados nos achados da pesquisa. Para finalizar são especificadas as referências, apêndice e os anexos utilizados na pesquisa.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo inicial da revisão da seção são abordadas as características sobre a tomada de decisão em sua essência. Avança-se para o setor de cooperativismo, aprofundando para o cooperativismo de crédito, em seguida, são detalhados os modelos de racionalidade. No próximo subtítulo, discorre-se sobre a agricultura familiar, objeto deste estudo e, para finalizar, é abordado a temática crédito rural.

### 2.1 TOMADA DE DECISÃO

Uma decisão é um meio para alcançar os objetivos, e tomar uma decisão consiste em fazer uma escolha, sendo necessário optar, analisar, investigar, decidir, escolher e agir frente às poucas ou muitas opções que são fornecidas (MORITZ e PEREIRA, 2006). A dificuldade em tomar decisões depende da complexidade do problema e da incerteza dos agentes de decisão.

O ato de decidir é essencialmente uma ação humana e comportamental, que envolve a seleção, consciente ou inconsciente, de determinadas ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para o agente e aquelas pessoas sobre as quais ele exerce influência e autoridade (SIMON, 1970).

Na década de 1830, Stuart Mill, com o objetivo de proporcionar a teoria econômica uma precisão que se assemelha à da matemática, propôs a adoção do termo *homoeconomicus* (MILL, 1974). No início de 1930, um grupo de economistas busca entender o comportamento das escolhas e do respectivo processo de decisão através do conceito de *homoeconomicus*, que define o homem como um ser racional capaz de fundamentar as suas decisões com base nas suas razões econômicas privilegiando a maximização dos lucros e a minimização das perdas (PAIVA, 2013).

Essa teoria foi questionada por estudiosos que buscavam entender as aplicações de tal teoria, e a mesma foi importante no desenvolvimento da neuroeconomia, que surgiu com a combinação de esforços de áreas distintas com o intuito de conhecer melhor a dinâmica da tomada de decisão. A neuroeconomia é uma vertente da teoria econômica que prima pela análise através de exames laboratoriais do cérebro humano quando expostos a situações de decisão, de forma a conhecer complementarmente o resultado da razão e emoção (PAIVA, 2013).

Para o entendimento desta teoria, muitos aspectos devem ser levados em consideração, como por exemplo, os custos, benefícios, riscos, entre outros, dependendo da atividade. Esses aspectos se relacionam e tem ritmos de variações diferentes, e isso dificulta a identificação dos fatores chave da tomada de decisões. Existem vários fatores que influenciam a tomada de decisões, por existirem várias estratégias disponíveis e cada estratégia apresenta um risco que poderá refletir no resultado da empresa (ALMEIDA, *et al.*, 2010).

A partir da construção e busca pelo entendimento da teoria do *homoeconomicus*, outras teorias têm sido desenvolvidas e discutidas ao longo dos últimos anos sobre a tomada de decisão, onde é de Simon uma das principais contribuições científicas. Segundo o autor a decisão compreende três fases principais: descobrir as ocasiões em que deve ser tomada; identificar os possíveis cursos de ação e decidir entre um deles (SIMON, 1972).

Segundo Simon (1972) essas três fases são consideradas as questões mais importantes e exigem muito tempo dos tomadores de decisão. A primeira etapa está ligada a coleta de informações, analisando o ambiente para identificar questões as quais serão decididas, ou seja, planejando a ação. A segunda é a estruturação, que compreende a parte da criação, de desenvolvimento e identificação das possibilidades existentes e a terceira seria a escolha, fundamentada nas duas primeiras fases, envolvendo as escolhas nos momentos certos.

Decisão é o processo que leva – direta ou indiretamente – a escolha de uma dentre diferentes alternativas, todas essas candidatas a resolver determinado problema (GOMES, 2007). Com isso, a tomada de decisão envolve diversos fatores que a tornam complexa, pois contempla variáveis distintas como, por exemplo: decisão da produção, gerenciamento, distribuição, ligação entre os elos, entre outros, na análise do processo decisório de qualquer ação de natureza agrícola.

E por esse motivo ela é um processo desafiante para o gestor do negócio ou da propriedade, que no seu dia a dia de trabalho precisa tomar decisões entre as alternativas existentes para as diferentes questões envolvidas no processo de trabalho, buscando sempre soluções satisfatórias para suas escolhas.

Neste contexto Abramovay (2007) embasado pela análise de Alexander Chayanov (1974), que busca a compreensão lógica do campesinato a partir da economia, propõem que os agricultores familiares podem ser categorizados em

classes que possuem racionalidades específicas, as quais podem ser resumidas a três aspectos básicos, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Classes dos agricultores familiares de acordo com sua racionalidade

- O maximizador de lucro – o produtor utiliza os insumos, não só para obter uma maior quantidade possível de produto, pois leva em conta o nível relativo de preços. A agricultura familiar é apresentada como um sistema coerente e racional, cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito, e a raiz da perfeição está baseado na eficiência e maximização dos lucros;
- O minimizador de riscos – a produção está ligada a capacidade de subsistência e sobrevivência de sua família, ou seja, enquanto que para o empresário rural, uma colheita frustrada representa somente a perda percentual da renda, para a família do produtor rural familiar um ano ruim na lavoura, representa fome. Portanto, não se pode cobrar do produtor uma racionalidade estimada em função de seu produto marginal, como é usado pelos economistas clássicos em empresas;
- O avesso à penosidade – nos dois itens anteriores, não é feita qualquer observação com relação à aversão a penosidade, que leva em conta o nível de consumo da família. Tal racionalidade procura demonstrar que enquanto as necessidades básicas da família forem atingidas, haverá disposições a um grande sacrifício em trabalho. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa da utilidade de bens adicionais cai, e com isso aumenta a aversão à penosidade do trabalho.

Fonte: Adaptado pelo autor de Abramovay (2007).

Observando o quadro 1 que apresenta as diferentes características que podem representar as classes de racionalidades dos agricultores familiares, Abramovay (2007) apresenta que os agricultores, na tomada de decisões tendem a convergir para estas características. O autor comenta que as classes citadas acima não são bloqueadas ou restritivas, pois elas permitem ao produtor rural que de acordo com o seu discernimento migre de uma classe para a outra, por ele ser um indivíduo não estático.

Denota-se do exposto, que existem diferentes lógicas de decisão. A seção que segue explora esta temática, apresentando os modelos de racionalidade que tentam explicar o processo decisório.

### 2.1.1 Os Modelos de Racionalidade

Para ajudar a entender como ocorrem as decisões nos seres humanos serão detalhadas as características da teoria da racionalidade. O termo racional na administração ocorre a partir dos estudos de racionalidade burocrática de Weber. O raciocínio burocrático determina uma lógica mecânica na qual a razão é determinada pela técnica. Ela se valida quando ocorre o cumprimento dos objetivos propostos à organização, executando tarefas segundo regras calculáveis e sem relação com as pessoas.

Simon (1970) rompe com o pensamento Weberiano e propõem a troca de unidade de estudo da racionalidade, e assim, a racionalidade do processo decisório se desenvolve sob a dinâmica da escolha, com alternativas satisfatórias ou decorrentes de comportamentos preferenciais, e que cada concepção do processo decisório apresenta elementos diferentes, passíveis de complementação, contribuindo deste modo para uma melhor compreensão das ações do decisor.

De acordo com o Modelo de Decisão Racional segue Quadro 2 que retrata tais percepções:

Quadro 2 - Modelo de Decisão Racional e suas carências

- Acreditava-se que o indivíduo conseguia enumerar todas as possíveis alternativas existentes, selecionar todas as informações e com isso tomar a decisão correta;
- Devido a suas limitações, o ser humano não consegue conceber todas as alternativas possíveis e nem ter acesso a todas as informações necessárias;
- Nem sempre sabemos formular corretamente nossos objetivos, por não saber qual é realmente o problema, e há também a preferência por uma alternativa, a ser influenciada pelas convicções intrínsecas do decisor;
- A teoria de decisão racional pode falhar por haver diversas ações, que sejam igualmente boas ou não haver nenhuma ação que seja ao tão boa quanto as demais;
- As críticas ao racionalismo dizem que ela tende a inércia e não promove mudanças necessárias quando em situações de crise, conduz a paralisia, à complexidade e à dificuldade de inovação.

Fonte: Adaptado de Simon (1970).

E com isso Simon (1970) propôs que o conceito de que a racionalidade é sempre relativa ao sujeito que decide, não existindo uma única racionalidade tida como superior. O conceito da racionalidade limitada influenciou a Teoria da Decisão e teve importantes consequências para o estudo das organizações.

Para elucidar mais sobre o processo decisório aborda-se na sequência os modelos de racionalidade entre os quais o proposto por Simon.

#### 2.1.1.1 O modelo da Racionalidade Absoluta

A economia clássica baseou-se na concepção da absoluta racionalidade, pressupondo que o tomador de decisões possuía um conhecimento absoluto de todas as opções disponíveis de ação. Baseado nesse conhecimento e neste processamento de todas as informações disponíveis, o tomador de decisão pode analisar todas as opções de ação possíveis e escolher a melhor, a opção de acordo com critérios e

objetivos por ele determinados, e que pode definir como “a melhor maneira”<sup>1</sup> (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Stoner e Freeman (1999) relatam como seria a aplicação da racionalidade absoluta, e assim deveria seguir as etapas apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Etapas do Processo Decisório pelo Modelo Racional

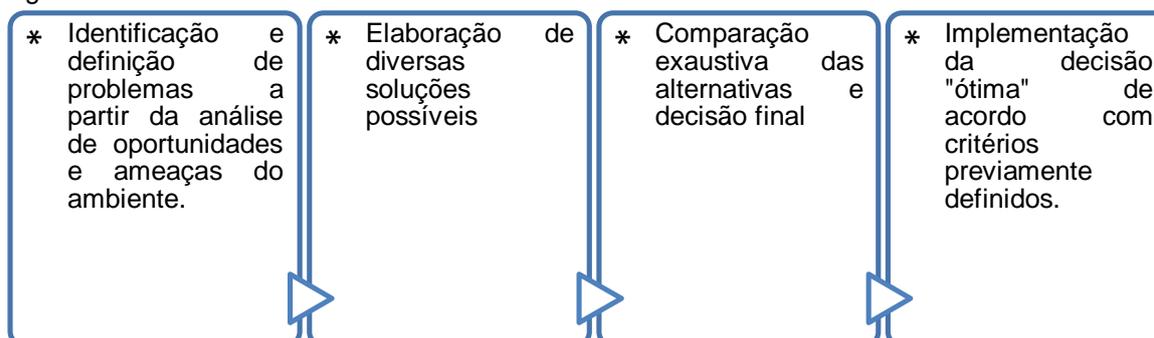
- A primeira etapa pressupõe uma investigação minuciosa da situação, dividida de três formas: definição do problema, identificação das metas e diagnóstico;
- A segunda constitui-se do levantamento das opções ou alternativas encontradas para solucionar o problema diagnosticado e, além do levantamento, sugere também a classificação das alternativas encontradas;
- A terceira é aquela em que essas alternativas são executadas, com o intuito de serem avaliadas, sendo satisfatória aquela que atenda aos objetivos e as metas estabelecidas pela empresa que organizou;
- A última etapa consiste na implementação e no controle da alternativa selecionada. Nestes os dados provêm de um sistema de informações que visam atender as necessidades dessas etapas que compõem o modelo Racional.

Fonte: Adaptado de Stoner e Freeman (1999).

Dentro da Racionalidade Absoluta, se por acaso os resultados não ocorram dentro do previsto, não se costuma questionar os pressupostos que embasaram o processo decisório, ou seja, o fato de que as decisões tomadas eram efetivamente as melhores. O que se busca, no processo de implementação da decisão, são as razões de não se ter atingido os resultados desejados, buscando falhas no sistema operacional a fim de explicar os efeitos não esperados.

Na Figura 1 apresenta uma visualização do modelo decisório da economia clássica utilizando racionalidade absoluta.

Figura 1 - Modelo decisório da economia clássica e a racionalidade absoluta



Fonte: Motta & Vasconcelos, 2002.

Este modelo de racionalidade ajuda a entender como foram as etapas para a construção do modelo seguinte, o da Racionalidade Limitada, que argumenta que

<sup>1</sup>Onebestway

tomar uma decisão, não é algo tão simples assim, mostrando que existem outros fatores que ultrapassam o controle interno de uma organização.

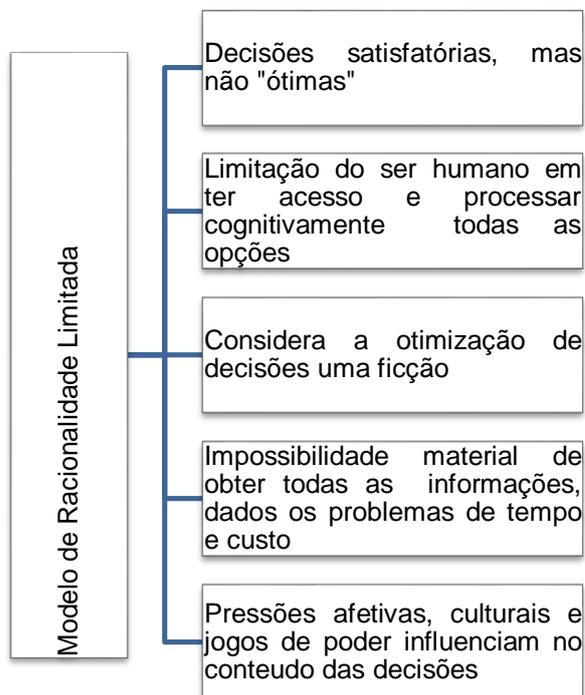
#### 2.2.1.2 O modelo da Racionalidade Limitada (Bounded Rationality)

No modelo de Racionalidade Limitada diferentemente do modelo anterior, propõe que não é possível para um tomador de decisões terem acesso a todas as possibilidades de ação, avaliando todas as opções, devido à impossibilidade física de ter acesso a todas as informações e processá-las, além do alto custo envolvido nesse processo. Tendo em vista a escassez de recursos, as pessoas envolvidas na tomada de decisão contentam-se em obter um número limitado de informações, um nível satisfatório, que lhes permita identificar os problemas e algumas soluções alternativas, ou seja, na prática os gestores não buscam todas as soluções possíveis para um problema específico, o que seria impossível ou muito custoso, mas apenas soluções satisfatórias e aceitáveis (MORITZ; PEREIRA, 2006).

Mesmo que fosse possível ter acesso a todas as informações disponíveis, os gestores não teriam capacidade cognitiva para processar todas essas informações. O processo cognitivo do ser humano é limitado e a capacidade do cérebro humano em processar informações também. Outras limitações são os aspectos subjetivos, experiências anteriores e as suas crenças. Frequentemente, os tomadores de decisão escolhem a primeira alternativa satisfatória que lhes é apresentada.

Na figura 2 vem demonstrar o Modelo de Racionalidade Limitada de Simon, para esclarecer o seu conceito.

Figura 2 -Fatores influentes no modelo da Racionalidade Limitada de Simon



Fonte: Motta e Vasconcelos, 2002.

A capacidade de decidir utilizando o modelo de racionalidade plena absoluta, segundo Simon (1972) está ligada a três etapas fundamentais. Na primeira delas, destaca a importância de entender o relacionamento de todas as estratégias envolvidas no processo, na segunda têm-se claras as consequências de cada ponto das estratégias e a terceira ficam por conta de comparar as avaliações das consequências do ato da decisão. A função do conhecimento nos processos decisórios tem por intuito determinar antecipadamente as possíveis consequências de cada uma das estratégias alternativas.

Entretanto, há de se considerar que a tomada de decisão requer processos cognitivos que estão relacionados com todas as decisões que o gestor utilizou para administrar a propriedade, perpassando por dificuldades e ganhos encontrados que geraram a aquisição de conhecimento técnico e tácito do processo, das pessoas e de formulação dos elos, que de alguma maneira interfere nas escolhas das alternativas condizentes com essas experiências.

Mesmo com essas limitações, a resolução dos problemas por meio da tomada de decisão acontece sempre, mesmo quando não se tem a solução perfeita, e sim uma escolha satisfatória, para aquele momento, com aquela estrutura e com aqueles

conhecimentos adquiridos. Neste sentido, a decisão poderá parecer ideal hoje, mas futuramente poderá ser passível de revelar-se catastrófica, pois uma decisão adequada só vale para um cenário específico e não garante longevidade deste mesmo cenário (GOMES, 2007).

Em uma tomada de decisão a racionalidade está interligada as alternativas comportamentais<sup>2</sup> existentes no indivíduo, e estas são inúmeras e variam de consciente a inconsciente, sendo através destas que as decisões são efetuadas. Por isso, pode-se dizer que nem sempre os indivíduos têm a capacidade necessária para conhecer e avaliar todas as alternativas na tomada de decisão (BALESTRIN, 2002; BARROS, 2004).

As organizações agropecuárias, assim como as demais organizações, procuram estruturar-se e estabilizar-se para que suas decisões possam trazer benefícios e diminuição das incertezas. A agricultura familiar ainda apresenta diferenças que estão ligadas ao tipo de informação que cada agricultor obtém, financiamentos a que têm acesso, as políticas públicas, aos produtos que produzem, assistência técnica, entre outros, sendo que a racionalidade dos agricultores familiares depende muito das situações e dos objetivos de cada um deles.

Segundo Lima *et al.* (2005 p. 66):

As decisões e ações dos agricultores familiares relativas à condução de suas atividades de produção são coerentes e racionais. Elas visam atender um ou mais objetivos percebidos como possíveis pelo grupo familiar, tendo em vista a percepção que o (s) agente (s) tem de uma situação e das finalidades atribuídas as suas unidades de produção.

Segundo os autores, para concretizar seus projetos, os produtores tomam uma série de decisões e implementam várias ações. As decisões são basicamente orientadas por seus objetivos estratégicos e dependentes das potencialidades e limitações de sua situação. Normalmente, a estratégia adotada consiste em diversificar a produção de acordo com a disponibilidade de recursos de modo a garantir o autoconsumo, diminuir o risco e aumentar a renda total da família, mesmo

---

<sup>2</sup> As alternativas comportamentais que Simon (1970) apresenta é a de que os processos formem uma estrutura hierárquica no indivíduo e o comportamento atinge integração e consistência, onde cada alternativa comportamental se conecta a esta hierarquia e pode ser valorada através dela em termos de valores. E isso não quer dizer que a integração seja perfeita, ressalta Simon.

que isso não signifique a melhor remuneração do capital investido e a maximização dos lucros.

Nesse contexto, a racionalidade dos agricultores para a pesquisa é um aspecto complementar, pois é ela que os orienta na tomada de decisão para tomarem o crédito. Desta forma, existe uma incompreensão de como se estabelece a avaliação da contratação do Investimento no programa e dos resultados futuros.

No ano de surgimento da política de crédito Pronaf Mais Alimentos em 2008, o mundo entrou em uma das piores crises econômicas do pós-guerra, com uma alta generalizada dos preços agrícolas, mas mesmo assim o governo apostou neste programa, e passados apenas 10 meses após o lançamento do mesmo, foram financiados em torno de onze mil novos tratores, mais do que em quinze anos de Pronaf (SCHUHMANN, 2012).

Assim, justifica-se a relevância de investigar os destinos que os agricultores familiares estão dando aos recursos captados pelo Programa Mais Alimentos e as razões que os levam a agir da maneira que agem, buscando compreender se os recursos estão, de fato, mudando para melhor as condições de produtividade e de vida dos agricultores, pois sabidamente, a simples disponibilização de crédito não é garantia de viabilização e sobrevivência dos agricultores familiares.

## 2.3 CRÉDITO RURAL NO BRASIL

A agricultura brasileira apresenta em sua história diversas formas de financiamento. Após o fim do modelo de financiamento do Ciclo do Café, em 1930, que foi iniciada a constituição de uma estrutura pública com esta finalidade, com a criação de programas de crédito rural, a destinação de recursos públicos e a participação do sistema financeiro, de forma sucinta e cronológica, seguiram-se as seguintes estruturas institucionais: criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREI), em 1937, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em 1943, a reforma da CFP em 1952 e, finalmente em 1965, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (MASSUQUETTI, 1999).

As décadas de 1960 e 1970 se apresentam como um marco da intervenção do Estado brasileiro na agricultura, uma vez que anteriormente as políticas agrícolas estavam até então direcionadas para produtos específicos, ligados ao cultivo de café e açúcar (MUELLER, 2010; COELHO, 2001; DELGADO, 1985). A partir dessas

décadas, diversas instituições e instrumentos de política pública foram criados com o objetivo de modernizar e alterar os padrões de produção e administração dos estabelecimentos rurais. Neste sentido destacam-se a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) em 1965; a reformulação do PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) em 1966; a regulamentação do seguro agrícola em 1966; a constituição da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1973 e da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 1974; os incentivos fiscais às exportações; os subsídios à aquisição de insumos; a tributação diferenciada; a expansão da fronteira agrícola; e o desenvolvimento de infraestruturas. Assim, apresentados o instrumento que realmente configurou a presença de uma política agrícola foi o crédito rural, sendo considerado o carro chefe da mudança da matriz tecnológica da agricultura (DELGADO, 2010; DELGADO, 1985; CASTRO, 1984; GUEDES PINTO, 1978).

Sem diferenciações normativas nas condições creditícias, com dificuldade de acesso aos bancos, a falta de familiaridade com a burocracia necessária, as poucas garantias a oferecer devido à própria institucionalidade do sistema bancário, os pequenos agricultores enfrentavam inúmeras dificuldades para obter recursos do crédito rural. O efeito foi que no segmento dos contratos e nos valores totais de crédito para a agricultura e pecuária decaíram entre 1966 e 1976 (GONÇALVES NETO, 1997).

O modelo brasileiro de agricultura se baseava na concentração de grandes propriedades que estava associada ao aumento da exploração da mão de obra, a imobilização de grandes quantidades de terra, a perpetuação do uso de técnicas agrícolas rudimentares e a consequente destruição dos recursos naturais (FURTADO, 1972; LEITE, *et al.*, 2011).

Na onda da Revolução Verde<sup>3</sup>, para que os agricultores alcançassem melhorias nos processos produtivos, os principais objetivos do SNCR eram: financiar parte dos custos de produção; estimular a formação de capital; acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer a posição econômica dos produtores, especialmente os

---

<sup>3</sup> No Brasil a Revolução Verde adquiriu a forma de pacotes tecnológicos nos anos 60 e 70, onde a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, para as empresas de maquinários e de insumos agroindustriais para uso agrícola, por exemplo tratores, herbicidas e fertilizantes químicos, para a agricultura de exportação, através da produção de processados e diferenciação do consumo, através de queijos e iogurtes (MOREIRA, 1999).

pequenos e médios, dando condições ao produtor rural de usar os insumos modernos e, dessa forma, elevar a produtividade agrícola, alavancando também a indústria de fertilizantes, defensivos e de máquinas agrícolas (BACHA, *et al.*, 2006).

A primeira fase do SNCR caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão de crédito e condições de repasse aos beneficiários. Na sequência vem uma profunda crise macroeconômica, ocasionada pelo segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, e pela alta dos juros internacionais em 1980, aliada a política expansionista de crédito praticada pelo Brasil em anos anteriores, e proporcionou a deterioração das contas externas. Sofrendo os efeitos da crise mundial, o Brasil se viu diante da escassez de crédito a nível global. Neste contexto, o governo brasileiro tinha de gastar ostensivamente com o pagamento dos juros da dívida externa, restando a política econômica elevar a taxa de juros interna, ajustar a política fiscal e contrair os salários, com um único objetivo: minimizar as insatisfações dos credores internacionais (SOUZA; CAUME, 2008).

Assim, na década de 1970, época de muitos recursos provenientes do endividamento do governo, a principal política agrícola foi o crédito rural. O processo de modernização agrícola substituía o crescimento extensivo, e o emprego agrícola assalariado se expandiu com o forte crescimento das áreas cultivadas.

Em 1980, na impossibilidade de o tesouro nacional bancar o programa de crédito rural, elevaram-se as taxas de juros e reduziram os montantes disponíveis para o financiamento (GOMES, 1995). Para melhor controle, em 1985, o governo desenvolve o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), responsável pela criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (LEITE, *et al.*, 2011).

O processo de modernização aprofundou a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que envolviam, formando os complexos agroindustriais. Nesta etapa do desenvolvimento rural, para ser competitivo e sobreviver no mercado, eram necessários adotar novas tecnologias, elevados investimentos e possuir extensas áreas agrícolas. A agricultura familiar não participava deste processo e, para ela sobravam mercados menores, ou a integração com as agroindústrias. A produção agropecuária do país caminhava para a concentração, cada vez mais, em poucos estabelecimentos de grandes proporções (GUANZIROLI *et. al.*, 2001).

Na década de 1990, o Tesouro passou por sérios problemas financeiros, necessitando de completa redefinição dos papéis no processo de desenvolvimento socioeconômico no País. A maior parte dos recursos tinham prioridades urbanas (GOMES, 1995). Apesar de todas as mudanças ocorridas nestes anos, grande massa de produtores familiares dependia de atividades agrícolas para sobreviver. Para a eliminação da pobreza no campo e da redução da pressão migratória sobre as cidades (êxodo rural), fez-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiando a produção familiar.

Assim, nos anos 1990 surgiu um novo tipo de política pública que tinha como foco o apoio, por meio do crédito subsidiado, voltado para os produtores familiares assentados da reforma agrária ou atividades não empresariais. O governo tinha o intuito de desenvolver o negócio familiar rural, bem como o fortalecimento de alianças mercadológicas e de cadeias produtivas.

Neste período surge a separação, por parte do governo (em termos administrativos e orçamentários), entre agricultura familiar e patronal (BELIK, 2001). Assim em 1994, foi criado o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural) que repassava créditos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento). O PROVAP foi o antecedente da política pública do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) que foi criado em 1995 e institucionalizado em 1996 (SCHNEIDER *et al*, 2004; REITER, 2007, p.04).

A maior visibilidade da necessidade de reconhecimento das especificidades da agricultura familiar culmina em 1999 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que vem a se constituir em um dos mais importantes atores na formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e para povos e comunidades tradicionais. Em 2006, o Congresso Nacional aprova a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que dá reconhecimento político a categoria produtiva da agricultura familiar e estabelece conceitos, princípios e instrumentos para a formulação de políticas públicas.

Do ponto de vista teórico conceitual, a política pública em geral, é um campo multidisciplinar, e seu foco teórico está nas explicações sobre a natureza do tema e seus processos. Elas repercutem na economia e nas sociedades, por este motivo,

qualquer teoria da política pública deve esclarecer as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Assim, uma teoria geral da política pública implica a busca de uma síntese de teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia (SOUZA, 2006; FLEXOR; LEITE, 2007). Conforme Flexor e Leite (2007) o termo: políticas públicas não se refere necessariamente as políticas do Estado, mas pode incluir outras ações igualmente públicas originárias de instituições não governamentais, movimentos, entre outros.

De acordo com Souza (2006) não existe uma única e nem melhor definição sobre o que seja política pública, portanto, as definições de políticas públicas, geralmente, trazem uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Com o objetivo de definir o que é política pública e suas funções, Herbert Simon introduziu, em 1957, a noção de *policy makers* (elaboradores de políticas). Para o autor, a racionalidade dos elaboradores de políticas públicas é sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão e auto interesse dos decisores (SIMON, 1963).

Neste sentido, Souza (2006) reconhece a contribuição de premissas advindas de outros campos teóricos para enriquecer o debate sobre políticas públicas, em especial do neoinstitucionalismo, que enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Para a autora, a contribuição do neoinstitucionalismo é importante na medida em que a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Esta luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimentos de outros.

Com o intuito de implementar a política agrícola e articular os interesses rurais e urbano industriais, em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador, o principal veículo utilizado pelo Estado foi a política de crédito rural. O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) instituído em 1965, através da Lei 4.829, de 05/11/1965, e regulamentado pelo Decreto 58.380, de 10/05/1966, tendo como propósito compartilhar a tarefa de financiar a agricultura entre instituições financeiras públicas e privadas (SOUZA; CAUME, 2008).

Delgado (1985) elaborou uma síntese do processo de modernização do setor agrícola brasileiro, entre os anos de 1950 e 1960, com objetivo de mostrar o papel do SNCR na modernização conservadora: i) no início dos anos 1950, havia começado as mudanças na base técnica, com a introdução de tratores e adubos sintéticos a base de NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio). A implantação da primeira indústria de tratores – no final dos anos 1950 – é o marco inicial da implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos, com consumo financiado pelo Estado. ii) o final dos anos 1960 é considerado o marco da constituição do Complexo Agroindustrial (CAI), tendo no SNCR a fonte de financiamento apropriada para a introdução maciça das transformações da base técnica da agricultura.

O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro que tinha como objetivo modernizar a agricultura através da transformação de sua base técnica com vistas ao aumento da produtividade estava atrelado à orientação econômica de um processo de industrialização, o qual se consolidou nos anos 1950 com a internalização do setor industrial de bens de capital (SOUZA; CAUME, 2008).

Assim, os instrumentos de política econômica podem ser alterados, de modo a criar novos instrumentos de estímulo ou regulação para o setor rural. Tais políticas são: a política de crédito rural, a política de preços mínimos, a política do seguro agrícola, a política de pesquisa e extensão rural, políticas específicas para certos produtos e insumos, entre outros (BACHA, 2004), dos quais o Pronaf é uma delas.

### 2.3.1 Pronaf

O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído oficialmente através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996. O Pronaf surge como esperança de que o alcance do crédito se expandisse aos agricultores familiares, marginalizados até então (GOMES, 2007).

A criação do Pronaf em 1996 se deu como resposta as reivindicações dos movimentos rurais que vinham ocorrendo desde a década de 1980. O movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados a CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passou a liderar reivindicações e lutas para a chamada reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. As reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter

voz na Constituição de 1988, ganhando destaque nas Jornadas Nacionais de Luta, da primeira metade da década de 1990 (MATTEI, 2001).

Como resultado, o Programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. O objetivo é fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER, *et al.*, 2004).

No que tange as modalidades (custeio ou investimento), do ponto de vista operacional, o Pronaf compreende cinco linhas de ação: Pronaf Crédito, Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais; Pronaf Capacitação, Pronaf Negociação e Pronaf Articulação de Políticas.

O Pronaf Crédito tem como objetivo conceder apoio financeiro as atividades agropecuárias e não agropecuárias por meio da liberação direta entre o banco e o demandante do financiamento. O crédito pode ser alocado para o custeio das atividades agrícolas ou para investimento, sendo que pode ser acessado de forma individual, grupal ou coletiva. A perspectiva da liberação dos recursos é basicamente bancária, ainda que a articulação entre os agentes exista.

O Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais tem como objetivos estimular a implantação, ampliação, modernização, racionalização e localização de infraestrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, essa modalidade do Pronaf visa contribuir para a supressão de possíveis problemas que estejam retardando ou impedindo o desenvolvimento de zonas onde predomina a agricultura familiar, promovendo melhorias nos canais de escoamento da produção, no acesso a novas tecnologias e na competitividade do mercado. O público alvo são os municípios mais carentes e a seleção passa por uma análise de critérios previamente estabelecidos como a constituição de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

A linha Pronaf Capacitação visa habilitar ou capacitar os agricultores familiares e técnicos no que diz respeito ao levantamento das demandas por crédito, obedecendo a determinadas prioridades, definindo as ações a serem desenvolvidas

para atendimento as demandas e na elaboração e monitoria dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.

A linha Negociação de Políticas Públicas está voltada para a articulação do conjunto de políticas públicas a cargos de diferentes órgãos setoriais – ministério, secretarias, agência – em prol da agricultura familiar, bem como para a realização de parcerias com organizações não governamentais e outras instituições para fomentar o desenvolvimento daquele segmento.

Quanto às linhas de crédito o quadro 4 mostra as linhas Programa:

Quadro 4 - Linhas de crédito e finalidade do Pronaf

<b>Linhas de crédito</b>	<b>Finalidade</b>
Pronaf Custeio	Financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria e/ou de terceiros
Pronaf Investimento	Financia máquinas, equipamentos e infraestrutura.
Pronaf Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e recuperação de solos.
Microcrédito rural	Atende aos agricultores com renda familiar até R\$ 20.000,00, pelo financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias que passam gerar renda a família atendida.
Pronaf Mulher	Investimentos em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e entre outras no meio rural, independente do estado civil da mulher.
Pronaf Agroindústria	Financia investimentos, inclusive em infraestrutura que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária de produtos florestais do extrativismo ou ainda de produtos artesanais e da exploração do turismo rural.
Pronaf Jovem	Financia projetos de créditos a jovens agricultores (as) em estabelecimentos rurais.
Pronaf Floresta	Financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente ou reserva legal, além de recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Custeio e comercialização de Agroindústrias familiares	Destinada aos agricultores ou suas cooperativas ou associações para que financiem suas necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização própria ou de terceiros.
Pronaf Cota-parte	Financia investimentos para integralização de cotas-partes de agricultores familiares filiados à cooperativa de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: BACEN, 2013.

“A modalidade denominada Financiamento da Produção – que comporta os recursos para custeio e investimentos - está voltada ao apoio financeiro dos agricultores familiares, segundo seis categorias de beneficiários” (SCHNEIDER, *et al.*, 2004, p. 4). Segundo estes autores, esta caracterização decorreu da publicação de

um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA, em 1999, que sugeriu a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do programa e grupos distintos, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual (SCHNEIDER, *et al.*, 2004).

De acordo com a Lei 11.326 de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, que em seu artigo 3º define quem é considerado agricultor familiar e empreendedor rural (BACEN, 2013), os grupos são definidos como segue no Apêndice 1 que apresenta os diferentes grupos de agricultores familiares:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) está entre as políticas que apresentam as menores taxas de juros para os financiamentos rurais, e atende projetos individuais e coletivos. O Pronaf é operacionalizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Para ter acesso ao programa a família deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida junto ao Sindicato Rural, e é classificada de acordo com a renda e atividade explorada. O fim do programa é a geração de renda, onde os projetos devem buscar isto, por meio do custeio da safra e investimentos (BRASIL, s/d).

Segundo o BACEN - Banco Central do Brasil (2013), as taxas de juros para contratação do Pronaf custeio, para o ano safra 2013/2014, são as apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 - Taxas de Juros Pronaf Custeio Safra 2013/2014

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>- Taxa efetiva de juros de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mutuário em cada safra;</li><li>- Taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) para uma ou mais operações que somadas, atinjam valor acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mutuário em cada safra;</li><li>- Taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mutuário em cada safra.</li></ul> |
|---|

Fonte: BACEN (2013).

Em estudo realizado sobre o Pronaf, Abramovay (2007) identifica que ao longo dos seus seis primeiros anos de existência, o programa trouxe três importantes inovações: o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas públicas; a criação de um processo de negociação entre os agricultores, suas organizações e o governo; e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas, ressaltando o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Desde o lançamento do Pronaf, a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo e destaque, quer seja no âmbito dos resultados bem-sucedidos da aplicação de crédito rural ou mesmo entre os estudiosos e pesquisadores. De fato, o Pronaf se tornou o programa de referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

A este estudo interessa focar na modalidade de investimento, porque trata-se da aquisição de valores maiores em relação a modalidade custeio e que podem proporcionar melhorias significativas a propriedade rural através de um juro baixo, e em função disto detalha-se a mesma na seção que segue

### 2.3.1.1 Pronaf Mais Alimentos

A linha Especial de Crédito na modalidade de Investimento para a Produção de Alimentos, conhecida como Pronaf Mais Alimentos, foi criado em 2008, lançada pelo Plano Safra 2008/2009 com o intuito de incrementar a produtividade da agricultura familiar, em resposta a alta nos preços dos produtos agrícolas, consequência da crise econômica mundial.

Na resolução n. 4.107 diz que os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos (BACEN, 2013).

A mesma possui como objetivo financiar a infraestrutura das unidades familiares e seu público alvo são os agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os integrantes dos grupos A, B e A/C, que possuem uma propriedade com até quatro módulos rurais e que tenham no mínimo 70% da renda da unidade familiar oriunda de uma ou mais das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, erva mate, feijão, mandioca, milho, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Esta linha de crédito pode ser utilizada para financiar projetos de investimento como aquisição de tratores, máquinas, veículos de transporte,

implementos agrícolas e matrizes, formação de pastagens, implantação de pomares, estufas e irrigação, e para a produção, armazenagem e transporte das atividades acima citadas, sendo vedado o financiamento de bens usados, e com potência superior a 80 CV (cavalo vapor), em se tratando de tratores e motocultivadores.

Para se enquadrarem no Programa, os agricultores familiares devem ter renda bruta familiar de até cento e dez mil reais nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), excluídos os proventos da previdência rural e programas sociais. Quando esta linha de crédito foi lançada, o agricultor familiar que estivesse em conformidade com o Programa, tinha um limite de crédito de cem mil reais, quantia esta que foi aumentada já no Plano Safra de 2010/2011 para cento e trinta mil reais por cliente. Para operações coletivas, o limite de crédito disponível é de quinhentos mil reais, respeitando o limite individual, sendo exclusivamente para financiamentos de máquinas e implementos agrícolas de uso comum. Esse valor pode ser pago em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. No plano safra 2013/2014 os financiamentos de até dez mil reais apresentam a taxa de 1% ao ano.

De acordo com as Resoluções 4.107 (BACEN, 2012), 4.228 (BACEN, 2013a) e 4.253 (BACEN, 2013b) dispostas pelo Banco Central do Brasil os créditos de investimento sujeitam-se às seguintes condições:

a) limites de crédito por beneficiário a cada ano agrícola, observado o disposto no MCR 10-1-34: (RES 4.228 art. 4º) (BACEN, 2013a).

I - Até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); e

II - Até R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura;

b) admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, com limite de até R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), desde que observado o limite individual de que trata a alínea "a" por beneficiário participante e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por beneficiário e por ano agrícola; (RES 4.228 art. 4º) (BACEN, 2013a).

c) encargos financeiros: (RES 4.107) (BACEN, 2012).

I - Taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano) para operações de até R\$10.000,00 (dez mil reais);

II - Taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para operações com valor superior a R\$10.000,00 (dez mil reais);

III - caso o mutuário contrate nova operação de investimento que, somada ao valor contratado no mesmo ano agrícola, ultrapasse o limite estabelecido no inciso I desta alínea, o novo financiamento deve ser contratado com os encargos previstos no inciso II;

d) prazo de reembolso: (RES 4.228 art. 4º)

I - até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência; e

II - até 15 (quinze) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, para financiamentos de estruturas de armazenagem;

e) no caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). (RES 4.253 art. 2º)

O crédito para financiamento de bens destinados ao transporte da produção deve estar relacionado à finalidade desta linha e observar o disposto no MCR 3-3-6, 7 e 8 e no MCR 10-1-39. (RES. 4.107)

Os créditos de investimento podem ser utilizados para aquisição isolada de matrizes, reprodutores e animais de serviço, admitindo-se também, até o limite de 40% do valor do financiamento, a aquisição de animais para criação, recriação e engorda, devendo ser comprovado no projeto ou proposta que os demais fatores necessários ao bom desempenho da exploração, especialmente, alimentação e fornecimento de água, instalações, mão de obra e equipamentos são suficientes. (RES. 4.287 art. 2º)

As instituições financeiras ficam autorizadas, a seu critério, a efetuar a individualização das operações grupais e coletivas de investimento do Grupo "C" do Pronaf. (RES. 4.107)

São considerados créditos para investimento em inovação tecnológica, obrigatoriamente os contratados com assistência técnica, os destinados à automação na avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite; construção e manutenção de

estruturas de cultivos protegidos, inclusive equipamentos relacionados; e componentes da agricultura de precisão, mediante apresentação de projeto técnico. (RES.4.228 art. 4º)

Admite-se o financiamento do custo com assistência técnica, limitado a 6% (seis por cento) do valor do crédito, nas operações referentes aos investimentos de que trata o item 9, na seguinte forma: (RES. 4.228 art. 4º)

a) 3% (três por cento) do valor do orçamento, exigíveis no ato da abertura do crédito;

b) 3% a.a. (três por cento ao ano), exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro e no vencimento do contrato de prestação da orientação técnica, incidentes sobre os saldos da conta vinculada após o primeiro ano de vigência da operação, acrescidos dos recursos próprios aplicados no empreendimento.

Com a concessão dos créditos do Pronaf, além dos ganhos familiares que se beneficiam com o crédito concedido, percebe-se um resultado nos municípios, com aumento nas transferências constitucionais. Decorre o efeito multiplicador da economia na renda doméstica e na renda municipal. Há também o efeito psicológico, que dá um novo *status* social as famílias, melhorando a qualidade de vida.

## 2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

No período da década de 1950 e início de 1960, ganha maior expressão no cenário político nacional o Fórum de Agricultura Familiar, que neste período não era identificado como uma classe, mas que desta época até recentemente ela constituía adeptos para chegar ao que conhecemos hoje como Agricultura Familiar (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2009; SABOURIN, 2009; CONTAG, 1993).

Nesta transição onde surgiu o termo agricultura familiar destacaram-se a mobilização das Ligas Camponesas criadas em 1945; a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954; a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1960; a institucionalização da Frente Agrária Gaúcha (FAG) em 1961 e a constituição da CONTAG em 1963. Essas organizações apresentavam interesses e estratégias distintas (reforma agrária, direitos trabalhistas e sindicalização), mas convergiam em pressionar o Estado para atender as suas reivindicações direcionadas aos arrendatários, posseiros, assalariados e pequenos produtores rurais. Com isso, em 1963, no governo de João

Goulart instituiu-se o Estatuto do Trabalhador Rural, definindo a legislação que regulamenta as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural. E em 1964, no período militar de Castelo Branco, o estatuto é editado, incluindo providências para políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural (MEDEIROS, 2010; PICOLOTTO, 2009; SABOURIN, 2009; CONTAG, 1993).

De acordo com Aquino e Schneider (2010), apesar de ser recente o uso do termo agricultura familiar no país, esta forma social caracterizada pela unidade entre trabalho, produção e unidade doméstica conforma um modo de vida muito presente e significativo na formação do tecido social brasileiro, particularmente no espaço rural. Como mencionado anteriormente, os autores ratificam que, somente a partir da década de 90 que a agricultura familiar passou a ganhar espaço e legitimidade, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente.

Quando são comparadas as grandes propriedades rurais, as unidades familiares tendem a preservar melhor o meio ambiente. De maneira geral são mais produtivas e economicamente viáveis, dispendo de um patrimônio rico e diverso, o que marca a sua estrutura fundiária, caracterizada pelo pequeno tamanho da propriedade, e sua diversificação produtiva (AYUB, 2012).

Ainda que tenha avançado nas últimas décadas, os agricultores familiares ocupam a área marginal no fórum científico brasileiro, nomeadamente nas ciências sociais. Delgado (2005) observou que, historicamente, o setor se enquadra como de subsistência – “(...) aplicável à parcela majoritária da contemporânea agricultura familiar brasileira” (DELGADO, 2005, p. 40) – sendo definido “negativamente ou residualmente” por não se tratar do núcleo estruturante da economia.

Contudo, não é desprezível o trabalho de estudiosos do meio rural como Chayanov (1974), Neves (1995) entre outros, sendo normalmente cientistas sociais, economistas, sociólogos e antropólogos, que a partir de 1950 dedicaram seus estudos a compreensão do campesinato, conceito à classe dos agricultores do porte familiar atualmente (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2003).

Um estudo que ganhou proporções de modificar o entendimento sobre a agricultura familiar brasileira, foi o trabalho “Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira”, coordenado por José Graziano da Silva em 1976 (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1980). O estudo resultou de uma iniciativa pioneira de parte do fórum de agricultura familiar (CONTAG) em realizar uma avaliação

acadêmica sobre os efeitos da pequena produção na agricultura brasileira (MEDEIROS, 2010). Após este estudo a CONTAG buscou desconstruir a imagem do pequeno produtor avesso à modernização e sem relevância econômica. Medeiros (2010) relata que no final da década de 1970, os efeitos da modernização da agricultura imprimiram uma diferenciação social dos produtores (principalmente, na região sul do país).

A partir de 1980 alguns estudos convergiam sobre as noções de “pequena produção integrada” e “pequena produção excluída” (PORTO; SIQUEIRA, 1994), referindo-se aos estabelecimentos que não conseguiram participar do processo de modernização (assentados, sem-terra, entre outros) e aquela à agricultura familiar moderna ou agricultura familiar integrada aos mercados. Desta forma deslocando o conceito de pequena produção para o de agricultura familiar, porque visualizou-se que o que definia as formas familiares de produção não era o seu tamanho, mas o caráter familiar da gestão, da propriedade e do trabalho.

O Censo Agropecuário de 2006 demonstra que 84% ou 4.367.902, dos estabelecimentos rurais brasileiros são familiares. De outro lado, os dados do Censo mostram que o Brasil apresenta forte concentração agrária, uma vez que os estabelecimentos rurais familiares brasileiros ocupam 24% da área agrícola total. Nestas áreas, cerca de 45% se destinam a pastagens, 25% com matas, florestas e sistemas agroflorestais, enquanto que as lavouras representam 22%. Apesar da reduzida área, boa parte da produção de alimentos do país advém deste segmento social, que responde por 70% da produção de feijão, 46% de milho, além de 58% do leite e 50% das aves.

Reconhecendo, pois, a importância da Agricultura Familiar, a nação brasileira, legitima a categoria. Atualmente, o enquadramento obedece aos ditames da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:  
I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>4</sup>;

---

<sup>4</sup> Segundo o INCRA o módulo fiscal é uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a Lei nº 6.746/79, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

- II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Atualmente o tema tem sido objeto de inúmeras discussões teóricas, havendo diversos entendimentos acerca das diferentes definições e classificações. Segundo Schneider *et al.* (2004) a expressão agricultura familiar ganhou projeção no Brasil no final dos anos 1980. O autor identifica que foram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural. No campo político, a adoção da expressão foi encaminhada como uma nova categoria síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural.

Existem diversas vertentes que deram a sua contribuição para a delimitação conceitual e entendimento da agricultura familiar, dentre estas se destacam as perspectivas camponesa e marxista (visão clássica e neomarxista).

A perspectiva camponesa dedica-se ao estudo do agricultor como uma personagem que, embora tenha capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos econômicos e sociais, não está despido de seus traços camponeses, encontrando-se revestido de suas raízes e tradições. Nesta perspectiva, os agricultores familiares modernos não são personagens novos completamente distintos de seus ancestrais camponeses, existindo pontos de ruptura e elementos de continuidade entre essas duas categorias sociais.

A perspectiva marxista é aquela em que os autores comungam com o poder explicativo da dialética. Esta perspectiva é dividida em duas: a visão marxista clássica, em que os filiados encontram respaldo teórico nos trabalhos de Marx, Lenine Kautsky, e a perspectiva neomarxista, onde há um pluralismo teórico que encontra respaldo na Sociologia da Agricultura e em alguns elementos desenvolvidos por Chayanov (DEPONTI, 2007).

---

Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo o minifúndio imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. Para a cidade de Palma Sola em específico um módulo fiscal compreende 18 hectares de terra (INCRA, 1980).

A institucionalização da agricultura familiar do Brasil teve como marco referencial o estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao estabelecer conceitualmente o termo e, ao elencar um conjunto de diretrizes que deveriam ser consideradas fundamentais para a formulação de políticas públicas para este grupo de agricultores. O estudo define agricultura familiar a partir de três características centrais: i) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou casamento; ii) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; iii) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadorias responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1994).

Em 1995, surge o primeiro esboço dessa tentativa com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), repassando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (MATTEI, 2005).

As primeiras discussões sobre a agricultura familiar a pleitear a necessidade de políticas públicas diferenciadas, a fim de transformar o segmento em uma das ferramentas estratégicas com vistas a elaborar uma proposta de desenvolvimento rural, foram lideradas, na prática, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

No âmbito acadêmico, a partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (2002), entre outros, o termo “agricultura familiar” aparece na literatura como objeto de análise teórica.

Abramovay (2002) argumenta que por meio da intervenção do Estado, foi possível transformar a agricultura tradicional do campesinato, caracterizada pela subutilização das potencialidades produtivas associado à aversão ao risco como fatores impeditivos a racionalização, buscando o lucro em agricultores familiares profissionalizados.

O acesso dos agricultores familiares aos recursos para o fomento de suas atividades vem sendo colocado como um fator importante para a sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar. O principal programa de concessão de crédito rural no Brasil é o Pronaf e tornou-se um ponto referencial da agricultura familiar como

instrumento social e político no cenário do desenvolvimento rural brasileiro (SCHUHMANN, 2012).

Diversos estudos têm apontado para a relevância do Pronaf, haja vistas as dificuldades históricas do sistema nacional de crédito rural para levar adiante o propósito de ampliar o atendimento a agricultura familiar, frente às demandas da agricultura patronal. Abramovay (2007), entretanto, tem evidenciado a dificuldade do Pronaf para ampliar sua base social, diante da persistente exclusão dos agricultores mais pobres, argumentando pela necessidade de expansão do quadro de beneficiários, com a promoção de condições efetivas de acesso para as famílias. Neste sentido, observa-se que o esforço do estado para ampliar o quadro de beneficiários, por meio de uma maior disponibilidade de recursos, não resulta necessariamente em distribuição mais equitativa dos resultados.

Assim, o Pronaf vem se constituindo em elemento central dos debates, figurando entre os temas de desenvolvimento rural, que se alternam entre enfatizar as virtudes do programa, e os possíveis enganos e equívocos que norteiam as tentativas para melhorar e expandir sua abrangência.

Há poucos anos, especificamente no Plano Safra 2008/2009, criou-se uma linha de crédito de longo prazo destinada a financiar investimentos nas propriedades dos agricultores familiares, uma Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos, mais conhecida como Pronaf Mais Alimentos, objetivando o incremento na produtividade da Agricultura Familiar. Esta linha de crédito possui como objetivo financiar a infraestrutura das unidades familiares, sendo seu público alvo os agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os integrantes dos grupos<sup>5</sup> “A”, “B” e “A/C”. Ou seja, são beneficiários desta linha de crédito aqueles produtores que possuem uma propriedade com dimensão de até quatro módulos rurais e que tenham no mínimo 70% da renda da unidade familiar oriunda da agricultura. O agricultor familiar que estiver em conformidade com estas regras, tem um limite de crédito de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) / ano. Esse valor pode ser pago em até dez anos, com três anos de carência e juros de 2% ao ano (SCHUHMANN, 2012).

No que se refere às funções, segundo Bacha (2004), a agropecuária tem cinco funções importantes no processo de desenvolvimento econômico que são: I) Fornecer alimentos para a população total; II) Fornecer capital para a expansão do setor não

---

<sup>5</sup> O detalhamento desses grupos é tratado no Anexo 1.

agrícola; III) Fornecer mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; IV) Fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas; V) Constituir-se em mercado consumidor para os produtos do setor não agrícola. Além destes, o mesmo autor aponta a importância do setor no fornecimento de matéria prima no processo do desenvolvimento industrial.

No que se refere à heterogeneidade, para Souza (1999), do cumprimento das funções da agropecuária resultam dois fenômenos distintos e entrelaçados, que são, de um lado, a agroindustrialização crescente, como o beneficiamento e industrialização de frutas, vegetais, cereais e outras matérias primas, e a penetração do capitalismo no campo, implicando o uso mais intenso de insumos modernos e de administração científica. De outro lado pode ocorrer à existência de um terceiro fenômeno que provoca a reversão da penetração do capitalismo no campo, sendo predominante em propriedades do tamanho médio, cerca de 20 hectares, gerida por mão de obra familiar.

Observando a importância socioeconômica da agricultura familiar, o Estado brasileiro alertou-se para as demandas deste grupo social, o qual passou a fazer parte de sua agenda de prioridades (AQUINO; SCHNEIDER, 2010). O Estado iniciou o cuidado com a Agricultura Familiar a partir da criação do Pronaf e, dez anos depois, em 2006, conferiu legalidade ao grupo social através da promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Neste contexto, a propriedade rural, principalmente as pequenas e médias estruturas agrícolas, tem buscado alternativas com intuito de aperfeiçoar a utilização do seu espaço territorial e, assim torna-la viável.

Assim, como já comentado, há uma heterogeneidade de ambientes na agricultura familiar, inclusive inter-regionais. A seção seguinte aborda a região *lócus* deste estudo.

#### **2.4.1 A Agricultura Familiar em Santa Catarina**

Santa Catarina é considerada referência nacional e internacional quando se fala em agricultura familiar, uma vez que o sistema de integração agroindustrial era visto como modelo privilegiado de articulação entre a produção familiar e as grandes

empresas agroindustriais. No estado predominam pequenas propriedades rurais. São 180 mil famílias, onde 89% dos estabelecimentos rurais têm até 50 hectares que ocupam apenas 41% da área total, porém produzem altas quantidades de alimentos (EPAGRI/CEPA, 2011).

No Brasil, “as informações disponíveis sobre a agricultura familiar mostram que apesar da falta de apoio, ela é responsável por quase 40% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde a 76,8% do emprego agrícola” (GUANZIROLI, *et al.* 2001, p.22). Além disso, parte significativa de produtores pouco capitalizados que recebem algum tipo de apoio conseguiu inovar seus sistemas produtivos e dar curso a trajetória bem-sucedida de capitalização (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

A variação produtiva agrícola existente hoje em SC e a expressiva capacidade empreendedora, deu-se devido à colonização do interior do estado, no qual grande parte dos agricultores, bem como a maioria da população catarinense, descende de europeus das mais diversas origens.

Um problema enfrentado pelos agricultores familiares catarinenses, entretanto, é a sucessão familiar das pequenas propriedades rurais. Stropasolas (2006) verificou que muitos jovens saem do meio rural devido às más condições socioeconômicas. Pelas limitadas possibilidades de realização os jovens não dispõem de liberdade para investir em novas ideias e recriar valores, havendo, inclusive, uma masculinização do meio rural.

Qualidade de vida e condição de produzir seu próprio alimento são os principais motivos que aumentam o desejo de permanecer ou voltar para o meio rural, por outro lado, as políticas públicas podem ter resultado significativo na decisão entre o sair ou o permanecer no campo, isso quando planejadas com a participação popular e a aceitação da opinião do público alvo. Assim, políticas bem planejadas e discutidas podem minimizar o problema da evasão do jovem do campo, além de aumentar a produção de alimentos para o autoconsumo e para o mercado (COLLET, 2009).

## 2.5 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

Nesta subseção são detalhadas maiores informações sobre o ambiente que será aplicado o presente estudo.

### 2.5.1 Características de Palma Sola

Localizado ao extremo do Oeste de Santa Catarina, Palma Sola é um município fundado e emancipado em 30 de dezembro de 1961, onde apresentam-se características tradicionais devido à colonização por imigrantes alemães, italianos e poloneses vindos do Rio Grande do Sul. Segue figura que demonstra a localização do município (DEBONA, 2003).

Figura 3 - Localização do Município de Palma Sola



Fonte: Adaptado pelo autor de Google Imagens (2015)

O município conta com uma área total de 313,8 (trezentos e treze ponto oito) km<sup>2</sup> para a prática das atividades agrícolas e industriais, com uma altitude de 870 (oitocentos e setenta) metros apresenta como cobertura vegetal original a floresta ombrófila mista e campos (PALMA SOLA, 2014).

Na tabela 1 segue dados da apresentação da composição pecuária, segundo o Departamento de Agricultura do município de Palma Sola-SC.

Tabela 1- Dados Pecuários de Palma Sola-SC

Produtos	Nº de famílias	Rebanho-cabeças	Produção
Bov. Leiteiro	583	4.500	840.000 lts/mês
Bov. Corte	58	10.500	-
Suínocultura	13	3.100	-
Piscicultura	233	-	40,6 ton.
Apicultura	250	-	25 ton.
Avicultura	5	87.500	525 ton.

Fonte: Palma Sola (2014)

Outra característica que o município possui, é o cultivo de cereais que contempla a cultura do milho com 6.600 (seis mil e seiscentos) hectares cultivados, soja com 6.300 (seis mil e trezentos) hectares cultivados, trigo com 1.600 (um mil e seiscentos) hectares cultivados, na tabela 2 pode-se visualizar os dados produtivos do setor agrícola (PALMA SOLA, 2014).

Tabela 2 - Dados Agrícolas de Palma Sola-SC

Produtos	Nº de famílias	Produtos Ton.	Área em hectares
Milho	670	41.400	6.600
Soja	80	18.900	6.300
Feijão	60	90	60
Aveia Sementes	15	450	500
Trigo	50	3.360	1.600
Laranja	60	1.520	76
Pastagem Anual	-	-	1.243
Pastagem Perene	-	-	3.292

Fonte: Palma Sola (2014)

No cenário econômico urbano de Palma Sola, destaca-se uma madeireira, a qual representa uma das atividades que mais concentra funcionários no município, possuindo como principal mercado o da exportação, para apresentar os dados silvícolas segue Tabela 3 que apresenta a composição arbórea do município.

Tabela 3 - Composição Florestal de Palma Sola-SC

Cultura	Área em hectares
Pinus	1.302
Eucalipto	285
Erva mate	72
Araucária	224

Fonte: Palma Sola (2014)

De acordo com a tabela 3 apresenta a outra vocação da região, que possui suas origens voltadas ao extrativismo de madeiras realizado desde sua colonização, e seus sucessores permaneceram com a atividade até atualmente, sendo a empresa que mais emprega pessoas do centro urbano.

Na sequência são apresentados maiores detalhes com relação a metodologia para a realização desta pesquisa.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentadas informações a respeito do método escolhido para o alcance dos objetivos deste estudo. Assim, define-se e descreve-se o estudo quanto à abordagem, natureza, indicando os procedimentos e meios utilizados, critérios e estratégias aplicados no desenvolvimento dos instrumentos e as formas de coleta de dados da pesquisa.

A utilização de um protocolo é uma forma de aumentar a confiabilidade da pesquisa e tem como objetivo orientar o investigador na realização da coleta de dados, fazendo com que o pesquisador mantenha seu foco sobre o tópico de estudo, com isso antecipa possíveis problemas (YIN, 2010).

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A proposta de investigação se enquadra como pesquisa quantitativa, fundamentada no estudo de caso, como método de pesquisa, onde buscou-se analisar profundamente o fenômeno, utilizando vários procedimentos para a coleta de dados, em um corte transversal (CRESWELL, 2010).

Quanto a investigação quantitativa a mesma foi operacionalizada com uso de um questionário e pela verificação dos dados de produção, seja por planilhas de controle, anotações no caderno, pelas emissões de notas fiscais através do relatório fornecido pela Prefeitura Municipal.

A classificação em relação aos objetivos, é de pesquisa explicativa, já que tem uma preocupação central com a identificação dos fatores que contribuem (ou determinam) para a ocorrência dos fenômenos (CRUZ, 2013).

Para ajudar na interpretação e na triangulação com os objetivos foram utilizados dados qualitativos obtidos pela observação ou anotações durante a aplicação do questionário na propriedade. Para análise dos dados foi utilizado *software* estatístico.

#### 3.2 A ESCOLHA DO MÉTODO: JUSTIFICATIVAS

Quando se escolhe um método a ser trabalhado, é necessário ter consciência que cada método de pesquisa apresenta vantagens e desvantagens que variam de

acordo com três condições: (i) o tipo de questão de pesquisa proposto; (ii) a extensão do controle que o investigador tem sobre eventos comportamentais reais e; (iii) o grau de enfoque sobre os fenômenos contemporâneos em oposição aos históricos.

Segundo Gil (2010) nas ciências sociais, a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores. Esta questão, de acordo com o autor, muitas vezes, chega a impedir o tratamento de determinados problemas por meio de métodos como os experimentos e levantamentos e, por isso, tem-se notado uma crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências, com diferentes propósitos.

Para Bell (2008), partindo do princípio que as organizações e os indivíduos têm características comuns e específicas, os pesquisadores do estudo de caso visam identificar estas características, identificar os vários processos interativos em ação e mostrar como eles afetam o sistema e influenciam o funcionamento de uma organização. A autora demonstra que esses processos podem estar ocultos em um levantamento de larga escala, porém podem ser fundamentais para o fracasso ou o sucesso de uma organização.

Assim, estando ciente das críticas apresentadas aos estudos de caso como forma de investigação científica, contudo considerando a seriedade no desenvolvimento do modelo, fundamentado com a utilização de critérios sólidos e éticos que garantam a sua validade associada aos diferenciais que o método promove para a pesquisa qualitativa, em relação aos demais (MARTINS, 2009), decidiu-se pelo estudo de caso para responder a pergunta-problema: “Como os agricultores estão conduzindo a atividade para saldar as dívidas contraídas? O Programa Mais Alimentos trouxe melhorias as propriedades rurais?”

Como se percebe a pesquisa visa (i) entender um fenômeno na vida dos agricultores em profundidade e (ii) esse entendimento vem a englobar condições contextuais onde o limite entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidenciados.

As características do cenário em que se desenvolve o fenômeno estudado, sua relação com as condições citadas e com os investimentos realizados no período são motivadoras para a aplicação do estudo, bem como para sugerir melhorias ao modelo existente (BELL, 2008; YIN, 2010; GIL, 2010).

Além das características acima, vale adicionalmente demonstrar mais alguns fatores que motivaram a escolha da forma de investigação proposta e que são apresentadas por Yin (2010) como fatores que ajudam na escolha do estudo de caso.

- a) A questão central visa a explicar “como” o fenômeno acontece em determinado contexto;
- b) O investigador tem pouco controle sobre os eventos;
- c) O enfoque está sendo realizado sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real.

Para esclarecer a estratégia da pesquisa na subseção seguinte são apresentadas maiores características, e desta forma esclarecer como se deu a investigação.

### 3.3 DESENHO DA PESQUISA

A estratégia do presente estudo foi fundamentada pela visão de Yin (2010) que defende a utilização de múltiplas fontes de evidências para que possa promover o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, e que segundo o autor, denomina-se de processo de triangulação e corroboração.

Assim, fundamentado pela triangulação e convergência de dados proveniente de diferentes fontes de evidência para a realização de estudo de caso, a investigação fez uso de: análise documental, questionários e a observação do pesquisador.

A proposta consistiu em integrar os dados obtidos por meio das diferentes fontes de evidência com o propósito de promover a validação e a expansão pelo uso das abordagens.

Para a realização da pesquisa Yin (2010) apresenta como a vantagem mais relevante associada à utilização de fontes múltiplas a evidência ao desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, designada como processo de triangulação e corroboração. Na visão de Yin (2010), com a triangulação dos dados, os problemas ligados à validade do constructo também podem ser abordados, já que as múltiplas fontes de evidência proporcionam diferentes avaliações para o mesmo fenômeno.

Abaixo segue a figura 4 que demonstra como foi realizada a pesquisa junto aos produtores rurais.

Figura 4. Recursos da Investigação da Pesquisa

Análise documental	Questionários	Observação
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Relatório de Emissão de Notas Fiscais (prefeitura)</li> <li>•Artigos e notícias sobre o tema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Levantamento junto aos participantes do processo, com foco na análise quantitativa e qualitativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Análise comportamental na confirmação e refutação das idéias nas fases de coleta.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a delimitação da área de pesquisa utilizou-se como critério o montante total de financiamentos do Pronaf Mais Alimentos dos anos de 2009 até os dias atuais, ou seja, 2009 até 2014, totalizando 50 liberações de crédito aos agricultores pela Cooperativa de Crédito, para o município de Palma Sola. Levou-se em consideração a importância socioeconômica do setor familiar no município.

Abaixo segue na Tabela 4 que evidencia a relação entre os objetivos e as fontes de evidência utilizadas pelo estudo.

Tabela 4 - Relação entre os objetivos e fontes de evidência

Fontes de Evidência	Análise Documental	Levantamento (questionário)	Observação
<b>Objetivos</b>			
Representatividade da Cooperativa de Crédito e o Programa Mais Alimentos: Resultados e Expectativas na Agricultura Familiar	(X)	(X)	(X)
Descrever o perfil dos associados da cooperativa;	(X)	(X)	
Identificar quais os fatores que o levaram a ingressar no Programa Mais Alimentos;		(X)	(X)
Identificar o incremento em nível de produção e produtividade obtido pelos produtores rurais que aderiram ao Programa Mais Alimentos;	(X)		(X)
Diagnosticar possibilidades de melhorias ao modelo de análise de crédito da cooperativa	(X)	(X)	(X)

Fonte: Elaborado pelo autor.

As subseções que seguem mostram detalhamento das tarefas de acordo com a fonte de evidência.

### 3.3.1 Análise documental

Partindo dos conceitos apresentados por Yin (2010); Lakatos e Marconi (2010); Bell (2008) e Gil (2010) bem como as propostas metodológicas definidas para o estudo de caso, esta dissertação desenvolveu a análise documental nas seguintes etapas:

- Etapa I – Processo de autorização de acesso aos documentos;

São os procedimentos para que fosse possível ter acesso aos documentos dos associados da Cooperativa.

- Etapa II – Organização e classificação dos documentos;

Classificação dos documentos de acordo com os critérios definidos por Lakatos e Marconi (2010); Avaliação documental para a criação de linhas de análise; Cruzamento entre os tipos de documentos e as linhas de análise.

- Etapa III – Análise dos dados obtidos com os documentos

Análise do conteúdo com o foco na identificação de cada documento que apresente ligação com os objetivos da pesquisa; processo de codificação e interpretação sobre as informações contidas nos documentos, realizando cruzamentos com as demais fontes de evidência, considerando as categorias de análise (PIMENTEL, 2001).

Para a obtenção dos dados produtivos junto a prefeitura municipal de Palma Sola foi utilizado um termo de consentimento requerido pela prefeitura, onde os produtores assinavam e desta forma permitindo a utilização dos seus dados, pode ser visualizado no Apêndice II – Termo de consentimento.

Os documentos obtidos junto a Prefeitura Municipal possuem a finalidade de aferir os dados produtivos coletados na propriedade rural. Após recebidos estes dados os mesmos foram incorporados ao questionário.

### **3.3.2 Levantamento estruturado (questionário)**

Nesta etapa da pesquisa foram utilizados questionários para identificação do perfil dos associados envolvidos na pesquisa e que abrangem a Cooperativa; foram abordados questionamentos quanto às fontes de informações acessadas; o setor da aplicação do investimento; o valor investido nas propriedades, como buscaram as informações sobre o programa; quais foram os motivos mais relevantes para a contratação do crédito e o seu nível de satisfação, além de sugestões.

Concomitantemente com a aplicação do questionário, o entrevistador fazia anotações dos comentários realizados pelos respondentes, a partir das questões solicitadas. Esses comentários são descritos na apresentação dos resultados

O questionário (APÊNDICE I) foi aplicado como base para a formulação desta dissertação, atendendo os objetivos e contribuindo na triangulação dos dados.

### 3.3.3 Observação

Ao observar a realidade a que está inserida o objeto de estudo, Figueiredo (1994, p. 17) afirma que “o uso da observação direta e do diário, embora apresente melhores resultados do que o questionário e a entrevista, ele apresenta o problema de colocar o trabalho sob a responsabilidade do indivíduo observador, e ainda existe uma forte tendência para as pessoas se comportarem de maneira diferente”.

Dessa forma, optou-se por utilizar a observação participante, onde o pesquisador integra a instituição (propriedade) e os seus atores (produtores) envolvidos, para eles não se sentirem observados ou intimidados.

Como roteiro de observação, procurou-se observar quais foram os comportamentos dos agricultores e familiares na confirmação ou refutação dos dados e informações levantadas na análise documental e durante o questionário. Estes registros serviram como complementações e validação dos dados obtidos nas evidências anteriores.

## 3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para um resultado mais objetivo, usou-se testes não paramétricos de aderência à distribuição normal, usando-se o Qui-quadrado de Pearson, pois o teste de qui quadrado de Pearson possibilita comparar os dados e definir se eles diferem estatisticamente ou não. Para a realização do teste foi utilizado *software* que auxiliou na obtenção das frequências

Para a análise dos dados na pesquisa e nos outros casos foram realizadas a triangulação dos dados para comparar com a revisão literal.

A triangulação, significa olhar para o fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Através das informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa, ou seja, por manipular diferentes formas de coleta de dados e/ou abordagens teóricas, contribui para a maximização do processo de confiabilidade no processo (FLICK, 2009).

Maxwell (1996) demonstra a triangulação como técnica que reduz o risco de que as conclusões de um estudo reflitam enviesamentos ou limitações próprias de um

único método, e isso conduz a conclusões mais credíveis e que realmente reflitam a realidade.

Para Campbell e Fiske (1959) a técnica de triangulação introduz um conceito, como sinônimo de validade convergente na apresentação da matriz multimétodo. Após Webb *et al.* (1966) refinou o conceito definindo-o como a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, defendendo que deveriam ser vistos como complementares a análise e não como rivais.

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise de dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, entre outras.

Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados.

Desta forma, opta-se por esta técnica de análise, em alguns dados obtidos, para analisar sobre vários pontos de vista a realidade exercida pelo produtor rural, representadas pelo questionário e por exemplo, validar as informações através da observação e análise documental.

No capítulo seguinte são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa e abordadas as técnicas de análise.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No sentido de buscar responder ao problema da pesquisa, primeiramente são analisadas as características obtidas pela pesquisa de campo e observando de acordo com os objetivos do estudo. O mesmo segue a apresentação de acordo com a sequência dos objetivos.

##### 4.1 PERFIL DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA

Inicialmente para descrever o perfil dos associados incluídos no Programa Mais Alimentos na cooperativa no município de Palma Sola-SC, segue a tabela 5 onde são apresentadas a distribuição das idades dos produtores e está disposto o grupo familiar.

Tabela 5 - Faixa etária dos respondentes e a Composição Familiar

FAMÍLIA \ IDADE	MENOS DE 26 ANOS	DE 26 A 32 ANOS	MAIS DE 32 ANOS
2 Pessoas	0	1	5
3 Pessoas	0	5	10
4 Pessoas	2	3	15
5 Pessoas	0	0	8
6 Pessoas	0	0	1

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 5 pode-se observar que quanto ao aspecto das idades dos grupos familiares, ocorre uma predominância nos produtores rurais com mais de 32 anos, perfazendo um total de 78% dos produtores rurais entrevistados. Esta informação pode demonstrar que os produtores que utilizaram este recurso possuem certa maturidade para investir, considerando que ocorre uma concentração de produtores rurais que possuem além do casal, mais um membro familiar para acompanhar as tarefas da propriedade.

Pode-se destacar uma predominância das famílias com 3 e 4 pessoas, as quais totalizam 70% das propriedades rurais estudadas. Para este dado somente foram consideradas as pessoas que residem na propriedade, ou seja, que realmente contribuem na realização das atividades da propriedade. Uma constatação percebida através da observação é a de que as propriedades, com este perfil possuem filhos de até 12 anos em sua maioria, e os mesmos encontram-se no período escolar e auxiliam as atividades nos momentos em que ficam na propriedade.

Ao verificar as famílias que possuem somente 2 pessoas, constatou-se que compreendem casais recém constituídos, no estudo ocorreu somente 1 produtor rural, que se enquadra na faixa etária de 26 a 32 anos. Os casais acima de 32 anos, que residem na propriedade correspondem a 10% dos entrevistados.

É disposto na Tabela 6 os níveis de escolaridade dos produtores rurais pesquisados para evidenciar a análise do perfil dos associados da cooperativa.

Tabela 6 - Nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE	CITAÇÕES	FREQUÊNCIA
Analfabeto	0	0,0%
Ensino Básico	20	40,0%*
Ensino Fundamental	18	36,0%*
Ensino Médio	9	18,0%
Ensino Superior Incompleto	1	2,0%
Ensino Superior Completo	1	2,0%
Pós-graduação	1	2,0%

Nota: \* A diferença com a repartição de referência é muito significativa. Qui2 = 63,12, gl = 6, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa

O nível de escolaridade apresenta uma concentração como pode ser visualizada nos níveis de escolaridade básico e fundamental. De acordo com observação pode-se constatar os seguintes argumentos para este dado.

[...] a infância na agricultura é ajudar a família, a colocar comida na mesa, cada um tem de contribuir, principalmente os irmãos mais velhos. Quem podia estudar eram os irmãos mais novos e as irmãs que não rendiam na lavoura (Produtor 2).

De acordo com relato do produtor e segundo Abramovay (2002) tal dado demonstra que o patriarca da família em sua racionalidade queria minimizar os riscos, ou seja, contar com o apoio dos filhos maiores para obter maior rendimento e a família não passar fome.

[...] estudar era uma perda de tempo, sem contar que era longe, nós não tínhamos calçados para vestir e para chegar até a escola mais próxima tinha de andar por 15 km, com mata e animais, era muito arriscado, diferente do que é hoje, essa comodidade, não estuda quem não quer (produtor 7).

Nesse relato o produtor 7 afirma assim como o produtor 2 no relato anterior que o estudo não era considerado valioso, pois o bem comum era o alimento, sem contar os riscos de chegar até a escola mais próxima, sendo um fator que dificultou o acesso a este ambiente escolar.

[...] o estudo eu não tive oportunidade quando jovem, pois não era valorizado pelos meus pais, porém para meus filhos não fiz a mesma coisa, porque percebo que se hoje tivesse estudado, poderiam muitas coisas serem diferentes para melhor. Por isso estou correndo atrás do tempo perdido (Produtor 9).

É importante destacar que alguns produtores relataram que estão percebendo a importância de estudar e estão voltando aos ambientes estudantis e desta forma durante o dia trabalham na propriedade e a noite estão frequentando o ambiente escolar. Neste sentido Abramovay (2002) retrata que os produtores rurais dentro de sua racionalidade podem alternar dentro das classes existentes, onde neste caso o produtor entende a escolaridade como um maximizador de lucro, por instigar a pessoa a compreender e interpretar melhor as informações que o mercado apresenta ao setor da agricultura, onde neste caso este produtor estaria incluso na classe maximizador de lucro.

Simon (1970) ao descrever o modelo de Decisão Racional evidencia, que o indivíduo consegue enumerar todas as alternativas possíveis existentes e desta forma tomar a decisão correta. Porém devido as suas limitações, o ser humano não consegue conceber todas as alternativas possíveis, da mesma forma ter acesso a todas as informações necessárias a uma tomada de decisão.

Dando continuidade a apresentação do perfil na tabela 7 são apresentados o tamanho das propriedades rurais que estão investindo no programa Pronaf Mais Alimentos.

Tabela 7 - Tamanho das propriedades em hectares

PROPRIEDADE PRÓPRIA ATIVIDADES DE RENDA	Menos de 10	De 10 a 20	De 20 a 30	De 30 a 40	De 40 a 50	mais de 50
Cereais (Milho, Soja, Feijão)	1	9	4	10	1	1
Bovinocultura de Leite	6	16	6	12	3	2
Bovinocultura de Corte	0	3	2	4	1	2
Fumicultura	2	6	3	3	0	0
Avicultura	2	0	1	1	0	0
Suinocultura	0	4	1	2	0	1
Outros	1	3	1	2	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Através da Tabela 7, pode-se verificar que embora não haja diferença entre as propriedades e atividades a concentração maior se dá nos produtores rurais com 10 a 20 hectares de área própria. Outra constatação que se apresenta é que do universo de 50 propriedades rurais, 88% delas que contrataram o crédito possuem até 40 hectares.

Essa realidade dos produtores rurais pesquisados é a realidade da maioria dos agricultores familiares de Santa Catarina, onde segundo a Epagri (2011) 89% dos estabelecimentos possuem até 50 hectares. No estudo não foi medido a importância que esses agricultores representam para o movimento econômico do município, pois não foi um objetivo da pesquisa.

De acordo com a tabela 7 o setor predominante é a atividade de Bovinocultura de Leite, onde apresenta 90% das atividades, na sequência o setor de cereais com 52%. A atividade assume papel importante na região de acordo com observações realizadas.

[...] A minha propriedade está crescendo e eu estou podendo dar condições a minha família, graças a atividade do leite, o apoio da família e ao trabalho sério de pessoas comprometidas com a nossa classe (Produtor 11).

Neste sentido Lima *et al.* (2005) identificou em seus estudos que as decisões e ações dos agricultores familiares com relação à condução de suas atividades de produção visam atender um ou mais objetivos percebidos pelo grupo familiar. Desta forma corroborando na percepção da tomada de decisão principalmente, onde o decisor (produtor rural) em determinadas circunstâncias tem de decidir.

Na tabela 8 são apresentadas as atividades que apresentam área arrendada de modo a complementar a renda da propriedade, e quais não apresentam.

Tabela 8 - Atividades de renda e área arrendada

ATIVIDADES DE RENDA	ÁREA ARRENDADA	NÃO	SIM	DIFERENÇA (%) (S/N)
Cereais (Milho, Soja, Feijão)		10	16	60
Bovinocultura de Leite		21	24	14
Bovinocultura de Corte		5	7	40
Fumicultura		3	11	366
Avicultura		3	1	-33
Suinocultura		3	5	66
Outros		3	4	33

Nota: A quantidade de citações é superior a quantidade de observações devido às respostas múltiplas.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar a tabela 8 denota-se que independente da atividade exercida a prática de arrendamento de terras é comum entre os produtores rurais, isso vem confirmar que a maioria dos produtores buscam aumentar as suas receitas através de mais área a ser cultivada principalmente.

Nesse sentido, através da observação identificou-se alguns apontamentos realizados pelos produtores rurais.

[...] nós temos que ir arrendando, porque comprar estas áreas, além de estar muito caro, tenho que pensar no futuro dos meus filhos (Produtor 16).

Para corroborar Simon (1970) comentou sobre a racionalidade do processo decisório, onde ela se desenvolve sob a dinâmica da escolha, com alternativas satisfatórias ou decorrentes de comportamentos preferenciais. Nesse sentido, fica claro que o produtor está tomando uma decisão de arrendar mais área para buscar o aumento de renda da propriedade.

No estudo de Stropasolas (2006) verificou que muitos jovens saem do meio rural devido às más condições socioeconômicas. Pelas limitadas possibilidades de realização os jovens acabam deixando a propriedade e migrando para as cidades.

Para os produtores rurais o aumento da renda na propriedade se dá através do aumento de suas fronteiras de trabalho, mesmo que de acordo com a tabela 8, não se mostrou estatisticamente diferente pelo teste de Qui-quadrado, percebe-se na comparação que existe uma maior concentração de produtores rurais com área arrendada do que não arrendada, destacando-se na comparação para a atividade da fumiicultura, produção de cereais e suinocultura, sendo que as duas atividades primeiramente citadas são impulsionadas pela necessidade maior de área.

Na tabela 9 apresenta-se os locais onde os produtores negociam sua produção com maior frequência.

Tabela 9 - Instituições que estabelecem negociação

NEGOCIAÇÃO DA PRODUÇÃO	CITAÇÕES	FREQUÊNCIA
Cooperativas	43	86,0%*
Agroveterinárias	6	12,0%
Instituições Privadas	32	64,0%
Outras Empresas	2	4,0%*

Nota: \* A diferença com a repartição de referência é muito significativa. Qui<sub>2</sub> = 57,39, gl = 4, 1-p = >99,99%.

Nota 2: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (4 no máximo).

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 9 apresenta-se demonstra uma predominância de trabalho com as Cooperativas ficando com 86%. As cooperativas nesta consideração correspondem as cooperativas de produção que no município de Palma Sola representam quatro instituições, em um universo de 11 estabelecimentos comerciais vinculados a atividade agropecuária.

No sentido de entender o que pode contribuir para os produtores rurais negociarem com estas instituições, Moritz e Pereira (2006) baseados pela teoria da Racionalidade Limitada de Simon destacam, que o decisor (produtor rural) pudesse ter acesso a todas as informações disponíveis, mesmo assim eles não teriam capacidade cognitiva para processar as informações e tomar a decisão.

Através da observação nas propriedades observou-se as seguintes percepções ao se questionar: “Com quais instituições negocia a produção? ”.

[...] a cooperativa, por ela ser mais presente e envolvida na comunidade, possuem uma boa assistência técnica e proporcionam as melhores orientações para a minha propriedade (Produtor 12).

Ao analisar a descrição do produtor, pode-se classificar ele como maximizador de lucros através da classificação de Abramovay (2007) onde ele classifica o produtor de acordo como ele utiliza os insumos e leva em consideração as informações para a busca da eficiência e maximização dos lucros.

[...] negocio minha produção com quem fizer as melhores propostas. Porque a situação na agricultura está muito difícil, os custos aumentam muito e o preço do produto final, não acompanha esses altos e baixos (Produtor 21).

Através do relato do produtor 21 identifica-se que ele apresenta características da racionalidade minimizador de riscos, pela sua descrição. Para Simon isso ocorre porque o ser humano é limitado e a capacidade do cérebro a processar as informações age da mesma forma, além das limitações subjetivas, experiências anteriores e crenças.

Quanto a racionalidade limitada Moritz e Pereira (2006) identificaram através de seus estudos que a tomada de decisão muitas vezes está relacionada com a escassez de recursos, onde as pessoas envolvidas na tomada de decisão contentam-se em obter um número limitado de informações, onde dentro da racionalidade do tomador, é suficiente.

Após a descrição do perfil dos associados, na sequência serão apresentados quais os fatores que levaram estes produtores rurais a ingressar no Programa Pronaf Mais Alimentos.

## 4.2 FATORES QUE LEVARAM A INGRESSAR NO PRONAF MAIS ALIMENTOS

Dando continuidade na apresentação dos dados será apresentada a Tabela 10 que demonstra a quantidade de cursos realizados pelos produtores rurais no período de 2009 a 2014 e quais os cursos que foram realizados.

Tabela 10 - Quantidade de cursos frequentados e os tipos de Cursos Realizados

Tipos de curso	Não resposta	Gestão da propriedade	Manejo na produção	Finanças e Investimentos	Qualidade na produção	Outro
Quantidade de Cursos						
Menos de 2	4*	0	0	0	1	0
De 2 a 4	0	7	8	1	3	2
De 4 a 6	0	4	5	0	9	3
De 6 a 8	0	2	6	0	5	3
De 8 a 10	0	1	0	1	2	0
De 10 a 12	0	4	7	1	7	1
Mais de 12	0	6	8	1	8	1

Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui<sup>2</sup> = 106,47, gl = 30, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

O dado demonstra a importância cada vez maior que os produtores estão dando para o conhecimento, buscando aperfeiçoar-se, onde destaca-se que os produtores estão se capacitando mais em qualidade na produção, manejo e gestão da propriedade. Deve-se destacar que este direcionamento, pode ser justificado pela concentração de produtores na atividade de bovinocultura de leite.

Assim, ao apresentar a tabela 10 demonstra que a contribuição de Stoner e Freeman (1999) quanto as etapas do processo decisório, os produtores estão buscando, onde definiram o problema, estão identificando as metas de acordo com os cursos que realizam, porém, para afirmar tal diagnóstico, será necessário um estudo mais aprofundado para verificar se os cursos frequentados evidentemente contribuíram para a propriedade.

Na tabela 11 seguem as informações sobre as formas de controle da propriedade, bem como as atividades que realizam os respectivos controles.

Tabela 11 - Formas de Controle realizados x Atividades Rurais

Formas de Controle	Não resposta	Manual (caderno)	Sistema Informatizado	Nenhum
Atividades				
Bovinocultura de Leite	5*	15	6*	24*
Bovinocultura de Corte	38	7	0	5
Culturas Anuais	25	11	0	14
Fumicultura	35	7	0	8
Avicultura	47	2	0	1*
Suinocultura	41	5	1	3

Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui<sup>2</sup> = 113,58, gl = 15, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as principais atividades financiadas pelo programa Mais Alimentos, percebe-se um dado preocupante das 50 propriedades que financiaram no programa Pronaf Mais Alimentos apenas 21 propriedades realizam alguma forma de controle na propriedade, apesar de ser um dado que demonstra que 67% das propriedades realizam o controle, ele mostra também a vulnerabilidade da propriedade.

De acordo com observação, constatou-se que as atividades de suinocultura e avicultura, o controle produtivo é item avaliativo para o pagamento de benefícios na venda da produção, com isso os produtores que desejam maior rentabilidade com a atividade precisam comprovar ao técnico da cooperativa tal controle.

Dentro de um contexto cada vez mais competitivo, na tabela 12 fica evidente que as propriedades rurais não estão dando a devida importância a realização dos controles produtivos. Em conversa com os proprietários os mesmos apontaram os seguintes argumentos para a não realização desta tarefa

[...] não vejo a necessidade de controle, pois isso é um desperdício de tempo. Sempre trabalhei desta forma e vivi bem. Se fazer este tipo de controle não conseguirei concluir o meu serviço (Produtor 1).

No comentário do Produtor 1 de acordo com a Racionalidade o mesmo enquadra-se no avesso à penosidade, pois ao afirmar que vive bem, o risco de não possuir o alimento todos os dias fora superado, e nesta etapa o mesmo busca características que seja importante, ou que tragam reflexo positivo para o seu bem-estar.

[...] sei que o controle estão cada vez abordando mais nos cursos e palestras que participamos, mas eu estou cansado do trabalho e chegar em casa e colocar no papel, isso não é para mim. Quero tomar meu chimarrão e assistir o jornal neste tempo (Produtor 2).

Da mesma forma que o produtor 1 o produtor 2 não tem a percepção dos benefícios propostos pelo controle, classificando-o como avesso à penosidade segundo a classificação proposta por Abramovay (2007).

Para Lima *et al.* (2005) tais percepções demonstram que as decisões são orientadas pelos objetivos estratégicos, dependente das potencialidades da propriedade e as limitações de sua situação, ou seja, as ações que o produtor toma,

leva em consideração o risco, a renda da família e as disponibilidades de recursos existentes para a realização, para efetivamente tomar uma decisão.

[...] o controle na minha propriedade é fundamental, com ele pude perceber onde poderia melhorar e ganhar mais dinheiro, estou muito contente com o trabalho realizado pelas cooperativas e instituições parceiras, caso contrário estaria na cidade hoje (Produtor 3).

No caso do produtor 3 ele classifica-se segundo a classificação proposta por Abramovay (2007) como maximizador de lucro, pois apresenta os seguintes elementos: não utiliza os insumos somente com a finalidade de obter maior quantidade de produto, o centro da tomada de decisão está baseado na eficiência e a maximização dos lucros.

Nestes exemplos confirma a teoria de Simon (1970) ao descrever que o ato de decidir é essencialmente uma ação humana e comportamental, que envolve a seleção, consciente ou inconsciente das ações, ou seja, muitas vezes os produtores têm consciência da necessidade da importância da execução de tal tarefa, porém não a fazem em detrimento da percepção de que tal atividade não impacta na melhoria da qualidade de vida de sua família.

Na tabela 12 são apresentados os valores que os produtores rurais contrataram através do Programa Pronaf Mais Alimentos no período de 2009 a 2014.

Tabela 12 - Valor do Crédito Contratado

VALOR DE CRÉDITO	CITAÇÕES	FREQUÊNCIA
Menos de 70000	21*	42,0%
De 70000 a 140000	24*	48,0%
De 140000 a 210000	3	6,0%
De 210000 a 280000	1	2,0%
Mais de 280000	1	2,0%

Nota: \* A diferença com a repartição de referência é muito significativa. Qui2 = 52,80, gl = 4, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como observado na tabela 12 existe uma maior concentração nos valores contratados abaixo de 150.000,00, valor do limite anual para o enquadramento dentro do Programa Mais Alimentos. Essa concentração acontece devido a alguns fatores, como o foco da pesquisa são pequenas propriedades, os mesmos tendem a contratar valores menores; outro fator são os setores investidos, que são principalmente bovinocultura de leite e culturas anuais, sendo a grande maioria das vezes contratados recursos para a compra de equipamentos para ambas as atividades.

Dando continuidade ao entendimento sobre os fatores que levam os produtores a contratar os recursos, segue a tabela 13 os principais motivos que ajudaram o produtor rural a tomar a decisão de contratar as operações de crédito junto ao programa Pronaf Mais Alimentos versus a percepção do produtor e o que ele considera como Investimento Ideal.

Tabela 13 - Investimento ideal x Motivo relevante para investimento

Investimento ideal \ Motivo relevante	Retorno (custo/benefício) para a propriedade	Juros Baixos	Período de carência	de Prazo de pagamento	de
Diversificação da produção	3	2	0		2
Aumento na produtividade	13	7	1		2
Aumento da produção	4	2	0		1
Diminuição da penosidade no trabalho	13	10	0		0
Realização pessoal	2	4	0		1
Juros Baixos	6	11	0		2
Prazo de pagamento	4	6	1		2
Outro	2	0	0		1

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a tabela 13 apresenta-se como os itens mais relevantes para a contratação do crédito os itens retorno para a propriedade e o aumento na produtividade com 13 citações, assim como retorno para a propriedade e a diminuição da penosidade. Tais constatações não apresentaram diferença estatística significativa perante o teste. Porém, a tabela apresenta na percepção do produtor que o investimento ideal os itens mais considerados são o retorno para a propriedade e os juros baixos.

Na tabela 14 é apresentado na percepção do produtor rural o que é mais relevante para a contratação e a percepção dos efeitos para a família.

Tabela 14 - Os efeitos na família x Motivo relevante

Efeitos na Família	do	na	da	do			
Motivo relevante	Aumento bem-estar	Melhoria renda	Diminuição penosidade no trabalho	Diminuição bem-estar	Endividamento	Menos tempo para o lazer	Comprometimento da renda familiar
Diversificação da produção	3	5	2	1	1	0	1
Aumento na produtividade	14	12	11	1	0	1	1
Aumento da produção	4	5	5	0	0	0	0
Diminuição da penosidade no trabalho	14	8	18	0	3	0	1
Realização pessoal	6	6	1	0	1	0	0
Juros Baixos	11	9	13	0	2	1	1
Prazo de pagamento	10	5	8	0	1	0	0
Outro	2	3	0	0	0	1	0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 14 pode-se destacar que os principais efeitos que os produtores perceberam foram o aumento do bem-estar, a diminuição da penosidade e a melhoria na renda. Para Simon (1970) no estudo da racionalidade destaca que nem sempre sabemos formular corretamente nossos objetivos, por não sabermos qual é realmente o problema. Desta forma esta constatação vem reforçar a afirmação do autor.

Quanto ao motivo relevante que ajudou na tomada de decisão dos produtores rurais, destacou-se o aumento na produtividade e a diminuição da penosidade, na sequência os juros baixos e o prazo de pagamento. Essa constatação demonstra que os produtores rurais buscam aumentar a produtividade de suas propriedades, e nesse aumento é levado em consideração o esforço e necessidade de mão de obra.

Na tabela 15 é apresentado o cruzamento entre os Efeitos na Propriedade x Cursos Realizados com o propósito de identificar possivelmente qual curso trouxe um maior incremento a propriedade.

Tabela 15 - Efeitos na Propriedade x Tipos de Cursos Realizados

Tipos de curso	Não resposta	Gestão da propriedade	Manejo na produção	Finanças e Investimentos	Qualidade na produção	Outro
Aumento da produtividade na mesma área de terra	0	12	15	2	15	3
Aumento da produtividade do trabalho	0	10	16	1	20	5
Aumento de produção	2	4	9	2	9	4
Maior flexibilidade operacional	3	6	9	0	10	3
Diversificação nos sistemas produtivos	1	6	7	0	7	1
Maior inserção nos mercados produtivos	0	5	7	1	6	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a tabela 15 apesar de a mesma demonstrar que não há diferença estatística significativa, pode-se tirar algumas conclusões sobre a mesma. O Curso de qualidade na produção e o Curso Manejo na Produção tiveram na percepção dos produtores como principais os efeitos de aumento na produtividade do trabalho e aumento da produtividade na mesma área de terra.

Para ajudar a compreender os dados da tabela 15 Simon (1970) afirma que o conceito da racionalidade é sempre relativo ao sujeito que decide assim, não existe um conceito ou forma superior, ou seja, dos cursos analisados, não se pode dizer que um ou outro seja superior.

Na sequência é apresentada a tabela 16 que busca visualizar se existe diferença estatística significativa entre os controles realizados na Bovinocultura de Leite e a Escolaridade do produtor rural.

Tabela 16 - Registros na Bovinocultura de Leite x Escolaridade

Controles na Bovinocultura de Leite	Não resposta	Manual (caderno)	Sistema Informatizado (Gerenciador)	Nenhum
Escolaridade				
Ensino Básico	2	3	3	12
Ensino Fundamental	1	8	0*	9
Ensino Médio	1	4	2	2
Ensino Superior Incompleto	1*	0	0	0
Ensino Superior Completo	0	0	1*	0
Pós-graduação	0	0	0	1

Nota: \* A dependência é significativa. Qui2 = 26,12, gl = 15, 1-p = 96,32%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Através da tabela 16 evidencia que a escolaridade proporciona alguns efeitos no controle da produção. Onde para Motta e Vasconcelos (2002) que baseados nos conhecimentos e no processamento de todas as informações disponíveis, o decisor pode analisar, escolher a melhor e tomar as ações possíveis. Desta forma, cabe ao produtor rural tomar a decisão de qual ferramenta é mais conveniente.

Dentre as atividades analisadas a Bovinocultura de Leite, mesmo que de forma pequena, demonstra a profissionalização que o setor está passando, ou seja, a atividade está sendo encarada como atividade produtiva rentável, através das tabelas 16, 17 e 19.

Após buscar entender quais os motivos que levaram os produtores a contratarem recursos junto ao programa Pronaf Mais Alimentos será apresentado os dados de incremento de produção.

#### 4.3 PRONAF MAIS ALIMENTOS E A PRODUÇÃO

Nesta subseção são representadas as características observadas na propriedade através do Programa Pronaf Mais Alimentos, e assim na Tabela 17 serão apresentados quais foram as atividades que mais receberam o recurso do programa Mais Alimentos

Tabela 17 - Atividade Investida pelo Programa Mais Alimentos

Setor Investido	Citações	Frequência
Bovinocultura de Leite	31	62,0%*
Suinocultura	7	14,0%
Avicultura	1	2,0%
Cereais	24	48,0%*
Bovinocultura de Corte	0	0,0%
Fumicultura	0	0,0%

Nota: \* A diferença com a repartição de referência é muito significativa. Qui2 = 88,14, gl = 6, 1-p = >99,99%.

Nota 2: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (6 no máximo).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 17 visualiza-se uma concentração dos investimentos nas atividades de Bovinocultura de Leite e Cereais, tais setores tiveram um maior número de investimentos em decorrência de que foram investimentos com o propósito de complementar e melhorar a atividade produtiva como pode ser evidenciado na tabela 18.

Tabela 18 - Início das Atividades

INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÃO RESPOSTA	ANTES INVESTIMENTO	DO DEPOIS INVESTIMENTO	DO
Bovinocultura de Leite	19*	30*	1	
Bovinocultura de Corte	50	0	0	
Culturas Anuais	26	23*	1	
Fumicultura	50	0	0	
Avicultura	49	0	1	
Suinocultura	43	2	5*	

Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui2 = 137,76, gl = 10, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 18 vem afirmar que os investimentos nos setores tiveram em sua maioria o propósito de complementar as atividades que já eram anteriormente realizadas nas propriedades rurais. Diferentemente das atividades de Bovinocultura de Leite e Culturas Anuais, foi possível constatar através da pesquisa que os investimentos realizados nas atividades de Suinocultura e Avicultura foram atividades que iniciaram depois do investimento e para entender este motivo foi questionado de forma complementar aos produtores: “O que o levou a investir nesta atividade? ”.

[...] a produção de suínos somente foi possível graças ao investimento através do Pronaf Mais Alimentos. Meus pais há alguns anos atrás possuíam umas porcas, onde nós produzíamos os leitões, engordávamos e depois comercializávamos no comércio local, na época o suíno dava dinheiro. Hoje ele é uma atividade complementar para a nossa pequena propriedade, dá dinheiro, mas o objetivo é que meus filhos fiquem na propriedade (Produtor 17).

Através da observação foi possível identificar a relação da suinocultura e avicultura para com o histórico, Simon (1970) explica que isso ocorre porque o ser humano é limitado e a capacidade do cérebro a processar as informações age da mesma forma, além das limitações subjetivas, experiências anteriores e crenças. Desta forma, em momentos que o produtor rural tem de tomar decisões referente aos caminhos que a propriedade irá seguir ele considera estes aspectos.

De forma a complementar através da observação a pesquisa apresenta que em algumas propriedades, possuía um membro da família que possuía vínculo com a atividade ou desempenhou atividades vinculadas ao setor (Suinocultura ou avicultura) em outros momentos da vida e que tinham como objetivo voltar a trabalhar na atividade.

Para visualizar em quais períodos foram realizadas as operações de investimento segue Tabela 19 que apresenta a disposição dos investimentos.

Tabela 19 - Ano de Investimento de acordo com as Atividades

Atividade   Ano de Investimento	Não Resposta	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bovinos Leite	19*	2	0	8*	10*	6*	6*
Bovinos Corte	50	0	0	0	0	0	0
Culturas Anuais	30*	3*	2*	5	7	3	6*
Fumicultura	50	0	0	0	0	0	0
Avicultura	49	0	0	0	1	0	0
Suinocultura	45	0	0	3	0	1	1

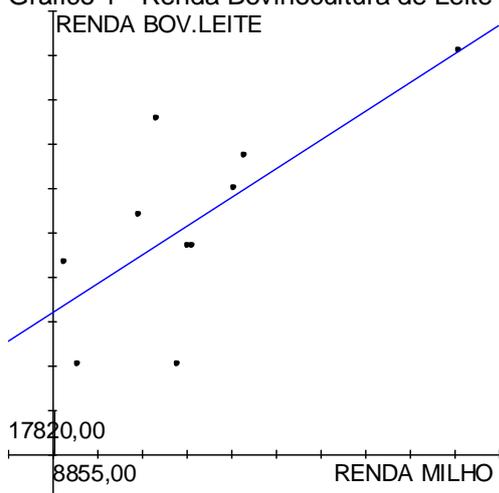
Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui2 = 130,41, gl = 30, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a tabela 19, a mesma apresenta pontos a evidenciar, a atividade de Bovinocultura de Leite foi a que mais recebeu investimentos, em virtude de ser a principal atividade dos produtores rurais pesquisados. Outra atividade que recebeu uma boa quantidade de investimentos foi a de Culturas Anuais. Nesta atividade vale destacar que o recurso fora utilizado em sua maioria para a compra de máquinas e equipamentos. Outro aspecto que é importante destacar que as atividades de suinocultura e avicultura, são atividades que estão sendo implementadas em escala maior através do programa Mais Alimentos.

Analisando as rendas obtidas nas propriedades através das atividades analisadas, foi possível observar que um dos motivos que podem ter levado as propriedades a investirem em Bovinocultura de Leite e Culturas Anuais está nas rendas obtidas como pode ser visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Renda Bovinocultura de Leite x Renda Produção de Milho



Nota : A dependência é muito significativa. Equação da direita de regressão:  $RENDA\ BOV.LEITE = 1,30 * RENDA\ MILHO + 57373,62$ . Coeficiente de correlação : +0,71 (RENDA MILHO explica 50% da variância de RENDA BOV.LEITE). Desvio-padrão do coeficiente de regressão: 0,455.

Fonte : Dados de pesquisa.

Analisando o Gráfico 1 identifica-se uma correlação significativa entre a Renda obtida com atividade de Bovinocultura de Leite e a Renda obtida com a produção de Milho. Ao compararmos com os estudos de Simon (1972) quanto ao aspecto da tomada de decisão o autor aborda que ela compreende três fases principais: descobrir as ocasiões que deve ser tomada; identificar os possíveis cursos de ação e decidir entre um deles.

Quanto a estas três etapas, o momento que compreende os dados do gráfico 1 são a primeira etapa que se baseia na coleta de informações. Ao evidenciar o aspecto renda para o produtor rural, devido o aspecto econômico ser levado em consideração, assim como foi observado no estudo de Wives e Machado (2014) onde em seus estudos sobre o sistema de produção em geral, percebeu-se um peso maior às dimensões econômicas e produtivas

Dando continuidade à análise do aumento da produção e os resultados junto ao programa Pronaf Mais Alimentos, segue na Tabela 20 o nível de satisfação dos associados incluídos no programa.

Tabela 20 - Satisfação com o Programa Mais Alimentos x Efeitos na Família

Efeitos na Família	Aumento do bem-estar	Melhoria na renda	Diminuição da penosidade no trabalho	Endividamento	Menos tempo para o lazer	Comprometimento da renda familiar
Satisfação						
Totalmente insatisfeito	1	0	1	0	0	0
Insatisfeito	0	1	0	0	1*	0
Satisfeito	15	12	18	3	0	1
Totalmente satisfeito	15	13	10	1	0	1

Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui<sup>2</sup> = 50,85, gl = 15, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 20 fica evidente a satisfação das famílias que aderiram ao programa Mais Alimentos, bem como percebe-se uma concentração destes, nos efeitos positivos e de acordo com observação, vem a corroborar nos comentários relatados abaixo.

“[...] através do Programa Mais Alimentos, pude realmente aproveitar a mão de obra familiar, fixando meu filho junto a propriedade, caso contrário ele estaria além de estudando, levando o conhecimento aprendido para fora da propriedade, dessa forma ele coloca em prática aqui, no que é dele” (produtor 4).

O Produtor 4 com a decisão de inclusão no programa Pronaf Mais Alimentos corrobora com a afirmação de Gomes (2007) que apresenta a decisão como um processo, que de forma direta ou indireta, leva a escolher e resulta na solução de determinado problema, ou seja, além de oportunizar mais uma fonte de renda na propriedade, o produtor conseguiu assegurar a mão de obra do filho.

“[...] o Mais Alimentos melhorou e muito nossa qualidade de vida, antes tínhamos condições precárias para produzir o nosso leite, os animais vinham sujos e não conseguíamos ter um leite de qualidade, agora dá gosto tirar leite em uma sala moderna, diminuiu minha dor nas costas e braços” (produtor 5).

No relato do produtor 5 pode-se afirmar que um dos fatores que levou a decidir sobre a inclusão no Programa Pronaf Mais Alimentos, de acordo com a Teoria da Racionalidade de Simon (1970) e a classificação proposta por Abramovay (2007) o caracteriza como avesso à penosidade, por apresentar elementos de satisfação do produtor e diminuição das dores nas costas e braços pela realização da atividade diária.

“[...] esse dinheiro nós aplicamos e a gente vê a diferença de quem aplica, para a necessidade, as pessoas são mais contentes, como a minha família. Trabalho com mais alegria” (produtor 6).

Assim como o produtor 5 o produtor 6 traz elementos que a Teoria da Racionalidade de Simon (1970) e a classificação proposta por Abramovay (2007) o caracterizam como avesso à penosidade, por apresentar elementos de satisfação, usando a expressão “trabalhar com mais alegria”. Isso confirma que esse foi um dos fatores decisivos para a tomada de decisão em investir no Programa Mais Alimentos.

Com estes comentários apresentados acima confirmam a evidência da tabela 20 que apresenta o nível de satisfação dos agricultores com o investimento realizado na propriedade. Constatação semelhante foi identificada por Bieger *et al.*, (2012) que identificou em seus estudos que os investimentos realizados com recursos do governo federal para o aprimoramento são fundamentais. Porém, há poucos em andamento, e que aumentando a sua efetividade traria aos agricultores uma maior produtividade e qualidade de vida aos produtores.

Na tabela 21 são analisados os valores de crédito contratados pelos produtores rurais comparando com a quantidade de área própria para verificar se existe correlação entre os mesmos.

Tabela 21 - Valor do Crédito Contratado x Quantidade de Área própria

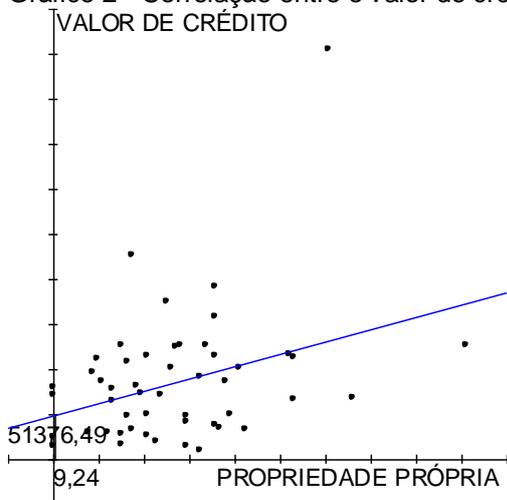
Propriedade Própria (hectares)	Menos de 10	De 10 a 20	De 20 a 30	De 30 a 40	De 40 a 50	De 50 a 60	Mais de 60
Valor de crédito (R\$)							
Menos de 70000	3	8	4	5	1	0	0
De 70000 a 140000	4	7	4	5	2	0	2
De 140000 a 210000	0	0	1	2	0	0	0
Mais de 210000	0	1	0	0	0	1*	0

Nota: \* A dependência é significativa. Qui2 = 32,67, gl = 18, 1-p = 98,17%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, para ajudar na interpretação da tabela 21 por apresentar diferença estatística significativa, buscou-se visualizar a equação de correlação para encontrar a correlação entre o valor de crédito e a área dos produtores rurais. Esta informação é importante, pois na análise de viabilidade do crédito pela cooperativa a área própria é considerada para estudo de viabilidade no investimento.

Gráfico 2 - Correlação entre o valor de crédito e a quantidade de hectares da propriedade própria



Nota: A dependência não é significativa. Equação da direita de regressão: VALOR DE CRÉDITO = 1514,73 \* PROPRIEDADE PRÓPRIA + 51451,68. Coeficiente de correlação: +0,34 (PROPRIEDADE PRÓPRIA explica 11% da variância de VALOR DE CRÉDITO). Desvio-padrão do coeficiente de regressão: 605,222.

Fonte: Dados da pesquisa.

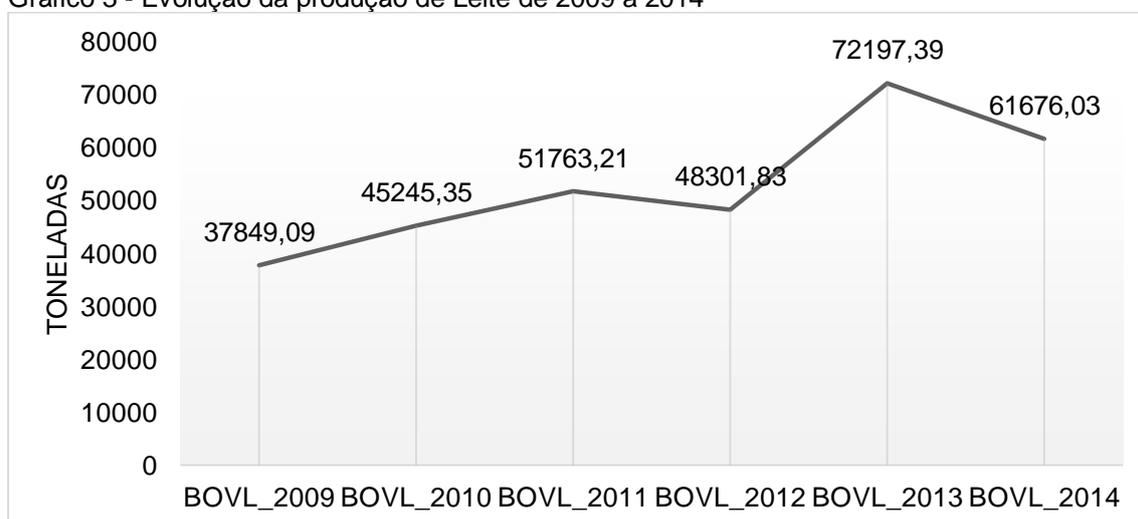
No gráfico 2 identifica-se uma correlação positiva, isso demonstra que há uma tendência de quanto maior a área própria maior a possibilidade de contratar valores maiores. Porém, a dependência não é significativa, pois ocorre 11% de variância no valor do crédito de acordo com o aumento da propriedade própria.

Deve-se levar em consideração que o produtor rural com maior área de terras tem a necessidade de investimentos maiores, para continuar ampliando sua produção. Por outro lado, isso pode significar um maior nível de dependência, ou seja, o produtor tende a endividar-se mais para produzir.

Este aspecto deve ser levado em consideração, para encontrar um denominador, pois ao mesmo tempo que o produtor se endivida mais, os analistas devem obter mais informações sobre a viabilidade do crédito e se atentar quanto aos limites do programa Mais Alimentos.

Para confirmar se houve Incremento na produção na atividade de Bovinocultura de Leite no período estudado compreendido entre os anos de 2009 a 2014

Gráfico 3 - Evolução da produção de Leite de 2009 a 2014



Nota: Dados obtidos da média das propriedades rurais analisadas.  
Fonte: Dados secundários da Prefeitura Municipal de Palma Sola.

De acordo com o Gráfico 3 pode-se verificar que no período houve um acréscimo produtivo de 163% na atividade dos anos de 2009 a 2014, um dos motivos para tal aumento, pode ser considerando os investimentos realizados no período, a maior concentração de investimentos na atividade, a profissionalização através de cursos e a participação em treinamentos voltados à atividade leiteira.

Somado aos fatores acima mencionados, tem-se de considerar que no período analisado, os preços médios praticados ao produtor na região oeste de Santa Catarina obtiveram crescimento, desta forma corroborando na expansão da atividade.

Tabela 22 - Preços médios do Leite praticados ao produtor rural

Período	Mai. 09	Nov. 09	Mai. 10	Nov. 10	Mai. 11	Nov. 11	Mai. 12	Nov. 12	Mai. 13	Nov. 13	Mai. 14	Nov. 14
Preço (R\$)	0,57	0,53	0,69	0,61	0,73	0,79	0,77	0,78	0,86	1,00	0,98	0,89

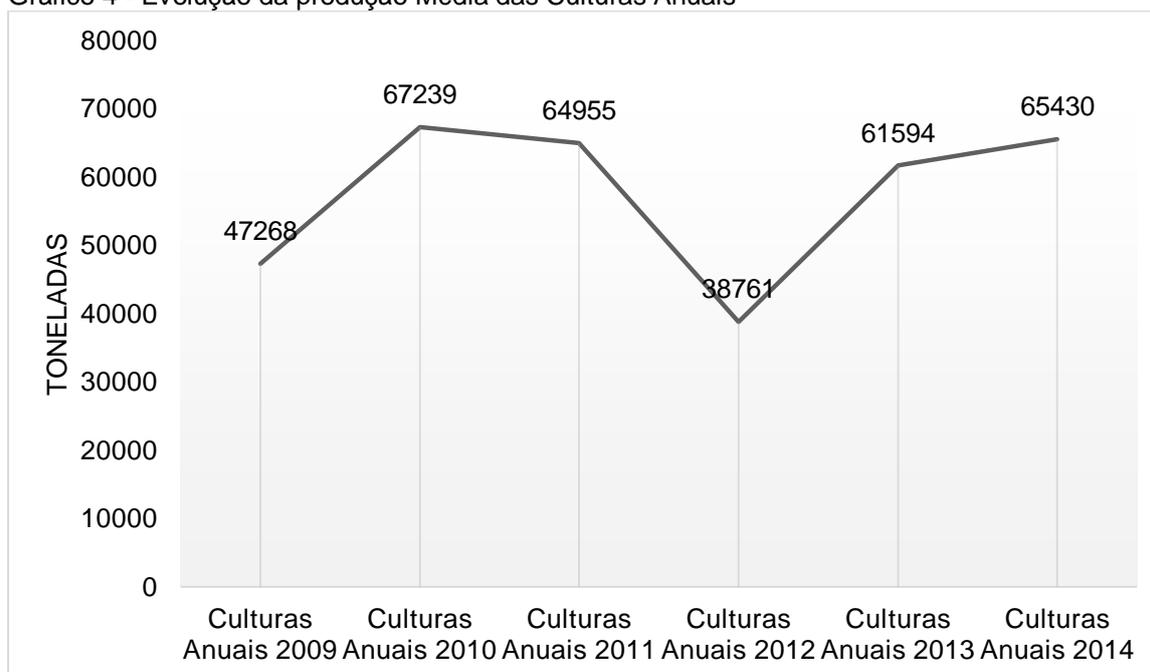
Fonte: Instituto Cepa/SC (2015). Nota: Preços médios no período de 2009 a 2014

Ao observar a tabela 22, verifica-se um crescimento médio de 156% nos preços praticados ao produtor rural. Observa-se que a atividade até meados de 2014 o preço vem evoluindo e nos meses seguintes ocorre uma diminuição dos preços. Neste período ocorreram a veiculação e constatação de adulteração do leite produzido em algumas empresas laticínios e essa constatação gerou o acúmulo de matéria prima nos estoques das empresas, forçando a diminuição dos preços médios de leite praticados ao produtor rural.

Como pode ser visualizado no gráfico 3 essa baixa pode ter influenciado os produtores a reduzir os investimentos na atividade, porém para a comprovação desta diminuição necessitam-se de novos estudos para validar a informação.

No gráfico 4 são dispostas as médias de produção obtidas pela produção de cereais no período de 2009 a 2014

Gráfico 4 - Evolução da produção Média das Culturas Anuais



Nota: Dados obtidos da média das propriedades rurais analisadas.

Fonte: Dados secundários da Prefeitura Municipal de Palma Sola.

De acordo com o gráfico 4 visualiza-se que para a atividade de culturas anuais, não obteve um crescimento comparado com a bovinocultura de leite, oscilando de acordo com a produtividade esperada. Observando os fatores que poderiam ter afetado tal baixa. Não foi percebido nenhuma oscilação em decorrência dos preços praticados ao produtor. Em consulta junto ao Portal Brasil (2012), constatou-se que na safra 2011/2012 houve frustração de safra, em decorrência da estiagem e isso

resultou aos produtores uma queda em sua produção de leite, e principalmente na produção de cereais, assim como nas outras atividades efetuadas na propriedade.

A constatação do gráfico 4 demonstra uma questão preocupante, pois não houve acréscimo produtivo nas propriedades que aderiram ao programa Pronaf Mais Alimentos e isso pode resultar em falta de recursos para o pagamento do investimento. Segundo Simon (1972) a tomada de decisão é composta por três fases: a coleta de informações, a estruturação e a escolha. Ao analisarmos sobre esta ótica o que pode estar comprometendo os produtores rurais é a coleta de informações, pois os mesmos não estão analisando o ambiente para identificar a real necessidade da aquisição. E quanto a segunda etapa que compreende a estruturação, que tem por finalidade identificar as possibilidades de pagamento em cenário produtivo favorável (preço de venda x preço de compra) estáveis e o cenário desfavorável (preço de venda x preço de compra) instáveis.

Para a tabela 23 buscou-se visualizar se existe uma relação entre as instituições que os produtores negociam a sua produção e os cursos que realizaram para o aperfeiçoamento da propriedade.

Tabela 23 - Instituições onde são negociados a produção x cursos realizados pelos produtores

Tipos de curso	Não	Gestão da	Manejo na	Finanças e	Qualidade	Outro
Negociação da produção	da resposta	propriedade	produção	Investiment os	na produção	
Cooperativas	4	22	30	3	29	9
Agroveterinárias	0	4	4	2	5	2
Instituições Privadas	2	14	24	2	23	6
Outras Empresas	2	0	0	0	0	0

Nota: \* A dependência é muito significativa. Qui2 = 49,99, gl = 15, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se na tabela 23 mais uma vez a importância das cooperativas no desenvolvimento local, onde a maioria dos produtores realiza negócios com as cooperativas e instituições privadas. Destaca-se a preferência ao trabalho realizado pelas cooperativas, que além de realizarem negócios com seus cooperados, orientam e acompanham. Os produtores rurais percebem o trabalho, reconhecendo e ajudando o trabalho realizado.

Após visualizado as modificações que ocorreram na propriedade e na produção através do Programa Pronaf Mais Alimentos, na subseção seguinte são abordadas as sugestões dos produtores rurais para melhorar a análise da cooperativa

#### 4.4 DIAGNOSTICAR AS POSSIBILIDADES DE MELHORAR A ANÁLISE DOS INVESTIMENTO NA COOPERATIVA

Nesta subseção são apresentadas sobre a perspectiva do produtor rural, quais são os itens a serem melhorados na análise da cooperativa. De acordo com as operações de crédito contratadas junto a cooperativa e identificou-se na tabela 24 as Instituições financeiras que contrataram o crédito junto ao programa Mais Alimentos com os produtores rurais incluídos no universo desta pesquisa.

Tabela 24 - Instituições de contratação de crédito no Programa Mais Alimentos

Instituições de Contratação do Crédito	Citações	Frequência
Cooperativa A	50*	100%
Instituição Financeira A	8	16,0%
Cooperativa B	0	0,0%
Cooperativa C	3	6,0%
Outro	0	0,0%

Nota: \* A diferença com a repartição de referência é muito significativa. Qui2 = 149,90, gl = 5, 1-p = >99,99%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Visualiza-se na tabela 24 que os produtores rurais que contrataram o crédito junto a cooperativa A e C, onde alguns também o fizeram em Instituição A. Isso pode demonstrar várias situações e para identificar quais foram os principais motivos segue a tabela 25 que apresenta os principais motivos que levaram estes produtores a contratarem o crédito em outra instituição e o valor contratado.

Tabela 25 - Motivos de contratação em outra instituição de crédito x valor contratado

Motivos da contratação de crédito em outros bancos	Valor médio do crédito na cooperativa	Valor médio do crédito outros Bancos
Agilidade	54.067,50	92.625,00
Diminuir a burocracia	45.197,00	63.700,00
Movimento econômico em outra instituição	35.000,00	65.000,00
Total	88.986,78	13.990,00

Nota: Os valores da tabela são as médias calculadas, atribuindo um valor 0 às não-respostas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apresenta-se na tabela 25 os principais motivos elencados pelos produtores rurais para terem contratado o crédito em outra instituição. De acordo com os relatos obtidos pela observação demonstra que os itens que contribuíram para realizar o crédito foram: a agilidade na liberação, menor burocracia de documentos para a liberação e também por trabalhar com esta instituição a mais tempo que a cooperativa.

Dentro deste contexto, os analistas possuem papel fundamental, principalmente quanto ao aspecto agilidade, pois em sua análise, quanto mais estiverem focados e conseguirem ganhar tempo, conseqüentemente irá diminuir

esses escapes e frustrações dos produtores rurais, e assim resulta na execução dos projetos de forma antecipada e com isso obtém retorno sobre o uso do investimento.

Assim como os analistas, a estrutura de aprovação do recurso para o associado através do investimento, deve ser melhorada, pois se o analista conclui seu parecer, por exemplo, na sexta-feira esta proposta poderá continuar seu fluxo mediante a aprovação do comitê de crédito que acontece na quinta-feira, e através dessa aprovação antecipada, diminui-se em uma semana, neste exemplo, o tempo de análise.

Ao buscar atender os anseios do produtor, ele pode sugerir dentro de seu ponto de vista, quais aspectos o programa pode ser melhorado. E para sugerir melhorias e verificar as respostas de melhorias foram comparados os resultados com a área própria que possui, que pode ser visualizado através da tabela 26.

Tabela 26 - Área de Propriedade Própria x Sugestões de melhoria no Programa Pronaf Mais Alimentos

Propriedade Própria	Menos de 10	De 10 a 20	De 20 a 30	De 30 a 40	De 40 a 50	De 50 a 60	Mais de 60
Sugestões de melhoria no programa Pronaf Mais Alimentos							
Bem-estar	0	2*	0	0	0	0	0
Políticas de incentivo	3	2	0	4*	0	0	0
Está bom	0*	4	4	2	0	0	2*
Diminuir a burocracia	3	2*	3	6	2*	0	0
Comprar outros Imóveis	1	6*	0	0	1	0	0
Diminuir os juros	2	4	3	0*	0	0	0
Maior acompanhamento técnico	1	1	1	2	0	1*	0

Nota: \* A dependência é significativa. Qui2 = 51,11, gl = 36, 1-p = 95,11%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o primeiro aspecto do bem-estar, demonstra que os produtores rurais solicitam mais alternativas de itens, e assim terem mais opções para diminuir o seu esforço na realização das atividades diárias e que estas possam ser financiadas através do programa. De acordo com a tabela 26, os produtores com essas características possuem até 20 hectares

No segundo item políticas de incentivo, o propósito segundo observado em conversa com os produtores, seria o governo proporcionar condições, quando em consequência de alguma frustração os produtores fossem realmente amparados através de, por exemplo, isentar o pagamento da parcela. Os produtores identificam que não é somente a frustração climática que deve ser considerada e sim a queda de preços pagos ao produtor, o custo de produção, os custos para manter o grupo familiar, entre outros aspectos que vem aumentando.

No terceiro item descrito como está bom, foram produtores com diversas quantidades de áreas de terra, ou seja, desde o produtor somente com área arrendada até o produtor com mais de 60 hectares, identificam o Programa Pronaf Mais Alimentos como bom, e de acordo com observação desejam que o mesmo continue por alguns anos, onde para tal afirmação pode ser visualizado através da tabela 26.

No quarto item “diminuir a burocracia” os produtores sugeriram que no momento da contratação da operação de crédito fosse diminuída a burocracia na liberação, ou seja, analisar a exigência de garantias, analisar a exigência de projeto técnico que comprove a viabilidade do investimento, diminuir as custas com cota capital e seguros dos objetos financiados. Neste item identifica-se várias classes de produtores, desde os produtores com menor área de terra até os produtores com maior área de terra, analisadas na pesquisa.

No quinto item “comprar outros imóveis” percebe-se uma maior concentração nos produtores rurais com até 20 hectares. Pode-se justificar que tais produtores possuem o interesse de ampliar a sua área de trabalho, porém esbarram na disponibilidade de áreas. Atualmente o programa Pronaf Mais Alimentos busca o enfoque na compra de equipamentos, animais e mesmo a construção de estruturas para produção.

Para a aquisição de novas áreas de terra existe o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), conhecido como Banco da Terra ou Fundo de Terras e Reforma Agrária, que permite a compra de novas áreas de terra, porém o enquadramento para acessar este programa do governo torna-se um limitador para os produtores analisados nesta pesquisa, porque para o enquadramento no programa os mesmos não podem apresentar renda bruta anual acima de 15.000,00 (CAIXA, 2015).

Quanto ao sexto item “Diminuir os juros” os agricultores com até 30 hectares segundo a tabela 26 sugeriram esta opção, pois conforme observado eles alegam os riscos que a atividade possui, necessitam de maiores incentivos através da diminuição dos juros praticados.

E por fim, no sétimo item apresentado na tabela 26 “maior acompanhamento técnico”, observou-se que alguns produtores rurais tiveram a percepção que o programa está fomentando as empresas, e os resultados nas propriedades rurais estão acontecendo. Porém, na análise dos mesmos o retorno para a atividade poderia

ser maior, se os mesmos obtivessem uma orientação e acompanhamento nas atividades.

De acordo com observação, os produtores citam este item por visualizarem dois momentos distintos: no primeiro, que refere-se a elaboração do projeto técnico de viabilidade, os agentes técnicos estão mais presentes, e em um segundo momento após a liberação do recurso, os profissionais não possuem a mesma presença e disponibilidade para uma correta orientação, de forma que possam sugerir alternativas para a melhor aplicação do recurso, entre outros exemplos e através destes pontos sugerem que sejam feitas melhorias.

## 5. APLICABILIDADE DO TRABALHO PRODUZIDO

Ao analisar o estudo pode-se elencar algumas constatações obtidas no estudo. O perfil dos associados encontra-se formada por pessoas acima dos 26 anos, e constituídas por famílias. Outro ponto a ser evidenciado no perfil é a importância das cooperativas nas negociações realizadas pelos produtores, pois representa 86% das escolhas dos produtores rurais.

Ao verificar os fatores que levaram os produtores rurais a ingressar no Pronaf Mais Alimentos percebe-se que o aperfeiçoamento profissional obtido nos cursos possui papel importante, pois é por meio da informação relacionada a realidade do produtor que percebe e realiza as atividades orientadas para o resultado. Esta afirmação é confirmada pela tabela 11, na qual a atividade de Bovinocultura de Leite é a que mais apresenta adesão as ferramentas de controle produtivo.

Dentre os resultados gerados pelo programa Pronaf Mais Alimentos evidencia-se a diminuição da penosidade do trabalho, aumento do bem-estar e a melhoria na renda das famílias, de acordo com a tabela 20. A atividade de Bovinocultura de leite que apresentou o maior número de contratos financiados, obteve um crescimento médio de 163% no período analisado de 2009 a 2014, com um pico de 190% no ano de 2013. No mesmo período os preços praticados ao produtor rural subiram 156% com pico de 175% em novembro de 2013.

Ao apresentar as possibilidades de melhorar a análise dos Investimentos na cooperativa, ela demonstra o local onde pode ser ajustado e assim aumentar os volumes de crédito com a cooperativa. Os apontamentos apresentados na tabela 25 que apresenta os motivos para a contração de crédito em outra instituição financeira, apresenta itens como a agilidade e a burocracia como itens preponderantes para a tomada de decisão e que podem, futuramente serem corrigidos pela cooperativa.

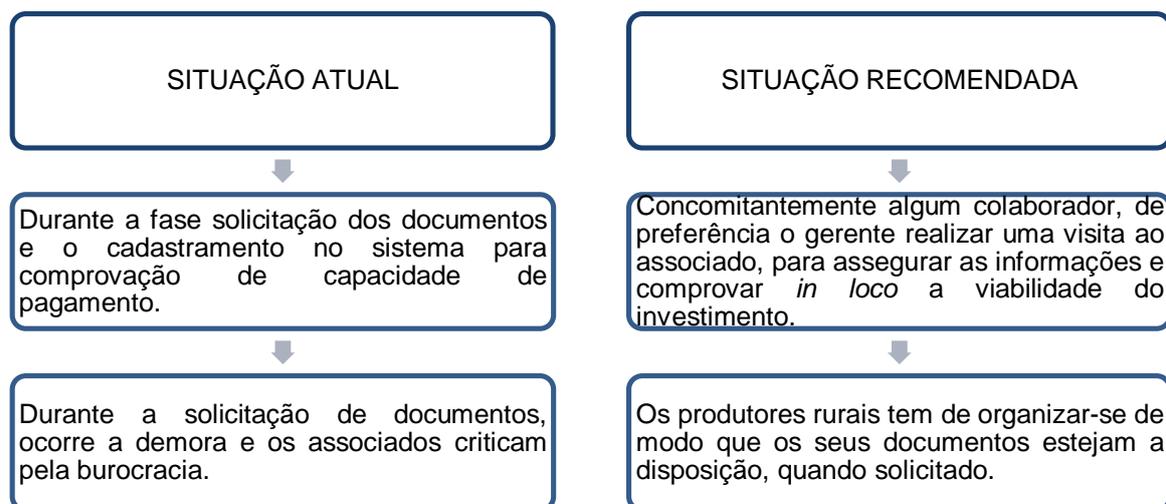
Em um contexto geral sobre o programa Pronaf Mais Alimentos os produtores rurais elencaram 7 sugestões apresentadas na tabela 26, alguns itens complementam a tabela 25, como por exemplo diminuir a burocracia, e apresentam sugestões até então não incorporadas no programa Pronaf Mais Alimentos e que talvez possam ser incorporadas futuramente, como a compra de áreas de terra.

Outra sugestão apontada pelos produtores rurais é o maior acompanhamento técnico que para os mesmos não consegue acompanhar e sugerir melhorias

efetivamente. No município de Palma Sola o acompanhamento é realizado em sua maioria por profissionais vinculados a cooperativas ou revendas de produtos agropecuários, a Prefeitura Municipal disponibiliza de 2 profissionais, assim como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) dispõe de 2 profissionais.

Na figura 5 são apresentadas as proposições de melhorias ao modelo de análise praticado pela cooperativa antes da concessão do crédito.

Figura 5 - Proposição de melhorias na análise de crédito antes da concessão

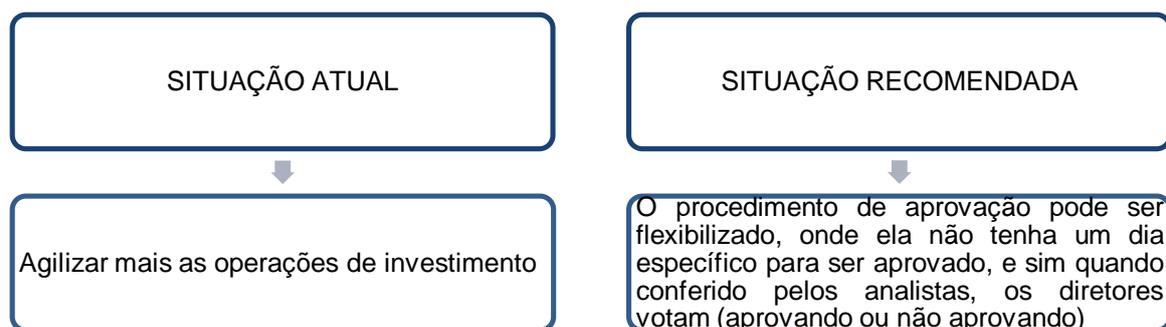


Fonte: Autor

Na figura 5 foram relacionadas situações que estão diretamente relacionadas ao nível local, ou seja, a agência, onde o associado faz suas transações financeiras diariamente (pagamento de títulos, depósitos, consultas, entre outras operações) e desta forma podem ser orientados os funcionários para o atendimento ser objetivo e específico, de modo a não confundir o produtor rural.

Na figura 6 são apresentadas as proposições para o modelo durante a análise da concessão de crédito.

Figura 6 - Proposição de melhorias na análise de crédito durante a concessão

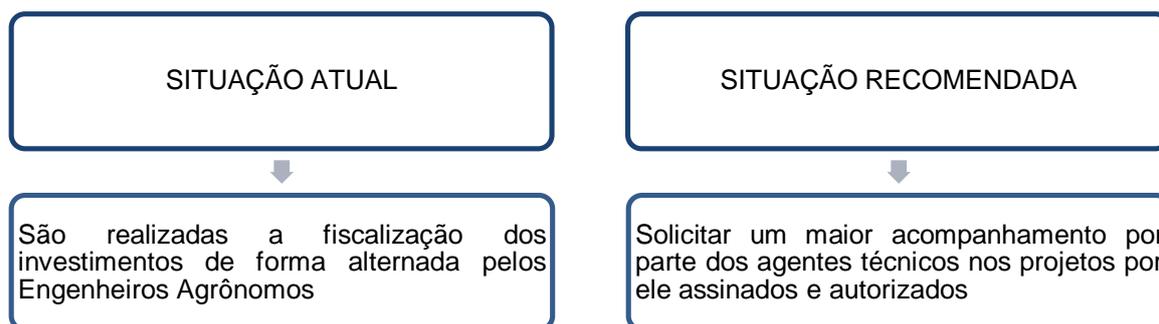


Fonte: Autor

De acordo com a figura 6, pelo modelo atual, os analistas devem aguardar a aprovação do comitê e diretores para avançar com a contratação do recurso. Pode ser obtida a agilidade durante a análise, através da flexibilização da aprovação oportunizando um melhor estudo dos diretores, e desta forma os analistas conseguem dar andamento as propostas de investimento.

Na figura 7 é apresentado uma proposta de melhoria na análise após a concessão de crédito.

Figura 7 - Proposição de melhorias na análise de crédito após a concessão do crédito



Fonte: Autor

Apresenta-se esta solicitação, para que os agentes técnicos efetivamente realizem o acompanhamento dos projetos, em que ele atestou a viabilidade. Esta situação foi relatada pelos produtores rurais, onde em alguns casos está ocorrendo somente a construção do projeto e não está havendo o acompanhamento devido, a orientação e suporte técnico sobre a correta aplicação dos recursos contratados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se interpretar a aplicação dos recursos do Pronaf Mais Alimentos, conforme a teoria da tomada de decisão proposta por Simon (1970) com o propósito de entender quais foram as escolhas realizadas pelos produtores para optar e agir frente as opções fornecidas pelo mercado.

A partir das análises realizadas no presente trabalho, o programa Pronaf Mais Alimentos oportunizou aos produtores rurais familiares a possibilidade de melhorar as propriedades e as condições de trabalho. As primeiras constatações evidenciam que nos sistemas produtivos ocorre uma tendência maior ao uso das dimensões econômicas e produtivas para a tomada de decisão de um investimento.

Um dos pontos observados na pesquisa, apresenta a contribuição que os cursos realizados pelos produtores rurais, onde eles estão proporcionando o aumento nos níveis de controle da produção, principalmente na atividade de Bovinocultura de Leite, minimizando os riscos de inadimplência nestas operações.

Os investimentos na atividade de bovinocultura de leite apresentaram um crescimento médio de 163% no período de 2009 a 2014, demonstrando que a atividade está contribuindo para o crescimento e manutenção da agricultura familiar.

Faz-se necessário analisar melhor os investimentos realizados na atividade de culturas anuais, pois de acordo com relatório de Notas Fiscais, o setor não obteve aumento no período de 2009 a 2014, e isso pode tornar-se um risco nos anos desfavoráveis a produção, com estiagem, chuvas excessivas, ataque de pragas, entre outros riscos que podem assolar as áreas cultivadas.

Outro aspecto visualizado dentre os produtores analisados foi que eles não analisaram o ambiente interno das propriedades para aderir ao programa Mais Alimentos, ou seja aderiram ao programa do governo sem usar a razão, conhecendo o verdadeiro potencial de sua propriedade.

O investimento realizado pelo programa Mais Alimentos proporcionou aos produtores rurais a redução da penosidade através da implementação de máquinas, que auxiliam na realização das atividades e com isso o grupo familiar teve uma maior motivação para a realização dos trabalhos.

Os produtores rurais ao sugerirem melhorias identificaram pontos que a cooperativa pode melhorar, como a agilidade nas liberações, e quanto ao programa

identificaram a necessidade de incluir a compra de imóveis rurais e a maior disponibilidade de profissionais técnicos para orientar o processo produtivo.

A importância que os agentes técnicos possuem para o bom andamento dos investimentos torna-se evidente sobre vários aspectos, o produtor rural anseia e necessita de orientação voltada a produção correta, e ele não encontra isso nos vendedores. O melhor aproveitamento e a garantia de viabilidade de uma propriedade rural perpassam por uma instrução e acompanhamento por profissional que vislumbre a rentabilidade da propriedade rural.

Uma das limitações do estudo foi ter abordado apenas o município de Palma Sola-SC e a aplicação em outros locais deve resultar em dados distintos. Porém, a aplicabilidade do mesmo pode apresentar dados interessantes para o município, quanto para a instituição, sendo uma ótima alternativa para estudos futuros a comparação com outras regiões.

## REFERÊNCIAS

AAKER, D.A.; KUMAR, V.; DAY, G.S. **Pesquisa de marketing**. Tradução de Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Relatório Institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília. SAF/MDA/PNUD. Projeto BRA/98/012, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=UyhwxOIPA4C&pg=PA92&lpg=PA92&dq=O+maximizador+de+lucro+abramovay&source=bl&ots=6L\\_PZfEi\\_0&sig=HJoXmNIZmAkIMRv92PacwX2Y02I&hl=pt-BR&sa=X&ei=ybRVVZjXHaqlsQSfiYKoBw&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q=O%20maximizador%20de%20lucro%20abramovay&f=false](https://books.google.com.br/books?id=UyhwxOIPA4C&pg=PA92&lpg=PA92&dq=O+maximizador+de+lucro+abramovay&source=bl&ots=6L_PZfEi_0&sig=HJoXmNIZmAkIMRv92PacwX2Y02I&hl=pt-BR&sa=X&ei=ybRVVZjXHaqlsQSfiYKoBw&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q=O%20maximizador%20de%20lucro%20abramovay&f=false)> Acesso em 15 abr. 2015.

ALMEIDA, A.P.M. de; ALVES, C.G.M. de F.; REIS, G.V. de C. O processo de tomada de decisão: adoção de sistemas de apoio à decisão no jogo de empresas. **Anais VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **(Des) caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. I Conferencia Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade. Natal, 2010.

AYUB, Bruna Rayet. **Política Pública do Pronaf Mais Alimentos: uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento da produção leiteira da Agricultura Familiar em Porto União-SC**. (Dissertação) Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, 128 p., 2012.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2004 p. 27-31.

BACHA, C.J.C; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidencias Econômicas**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p. 43-69, mai. 2006.

BALESTRIN, A. Uma análise da contribuição de Herbert Simon às teorias organizacionais. In: **Revista Eletrônica de Administração** [on line]. Porto Alegre: v.8, n.4, jul. /ago. 2002, 17p. Disponível em <[http://www.read.ea.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo\\_94.pdf](http://www.read.ea.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_94.pdf)> Acesso em: 01 mai. 2014

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Pronaf 2013. Disponível em :< [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp#1](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1)> Acesso em 15 abr. 2014

\_\_\_\_\_. **Banco Central do Brasil**. Resolução 4107 de 28 de junho de 2012. 2012. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res\\_4107\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4107_v1_O.pdf)> acesso em 10 mai. 15.

\_\_\_\_\_. **Banco Central do Brasil**. Resolução 4228 de 18 de junho de 2013. 2013a. Disponível em:  
<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res\\_4228\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4228_v1_O.pdf)> Acesso em: 10 mai. 15.

\_\_\_\_\_. **Banco Central do Brasil**. Resolução 4253 de 16 de julho de 2013. 2013b. Disponível em:  
<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res\\_4253\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4253_v1_O.pdf)> acesso em 10 mai. 15.

BARROS, G. **Racionalidade e organizações**: um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon. Dissertação de Mestrado na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 145 p.

BELIK, W. **PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – NEA, 2001. 32 p.

BELL, J. **Projetos de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIEGER, M.; SEIBERT, R.M.; ZAN, F.R. **Análise de investimentos: tomada de decisão na diversificação da produção rural**. RRCF, Fortaleza, v.3, n.1, jan. /jun. 2012. Disponível em: <[www.fate.edu.br/ojs/index.php/RRCF/index](http://www.fate.edu.br/ojs/index.php/RRCF/index)> acessado em 15 jan. 2015.

BRASIL. **Lei n. 11326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>> Acesso em 15/05/2014.

BRASIL, s/d. Pronaf. Disponível em:  
<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 27/03/2013.

BUANAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. **A política agrícola no Brasil**: evolução e principais instrumentos. 2006. Disponível em: <[ww.enad.org.br](http://ww.enad.org.br)>. Acesso em 01 jun. 2014.

CAIXA, Caixa Econômica Federal. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2015. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/cred\\_fundia\\_rio/saiba\\_mais.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundia_rio/saiba_mais.asp)> Acesso em: 15 mai. 2015

CAMPBELL, D.T, & FISKE, D. W. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**. 56, 81-105. 1959.

CASTRO, Ana C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de difusão de tecnologia**, v.1, n.3, p. 299-482, 1984.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. Disponível em: <  
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3466282?uid=2&uid=4&sid=21106856264593>>  
Acesso em 10 mai. 2015.

COELHO, Carlos N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de política agrícola**, ano x, n.03, p.03-58, 2001.

COLLET, J. **A evasão dos Jovens do Meio Rural e a sua Percepção em relação as Políticas Públicas no Município de Coronel Martins – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia) – Universidade do Contestado, Concórdia, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **CONTAG 30 anos de luta**. Brasília (DF): CONTAG, 1993.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CRUZ, Felipe Lopes da. **O impacto da satisfação das necessidades de informação na tomada de decisão inerente ao planejamento estratégico de uma organização público federal**. (Tese) Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. 257 p. 2013.

DEBONA, Narcélio Inácio. **Memórias da Colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste – SC: Mclee, 2003.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson G. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p.28-78.

DENZIN, N., LINCOLN, Y. (2000) **Handbook of qualitative research**. (2ª ed). Thousand Oaks: Sage.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das distribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

DRUCKER, Peter F. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1998.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2010-2011**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2011.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: FAO/INCRA, (Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036). 1994. 24 p.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudos de uso e usuários da informação.** Brasília: IBICT, 1994.

FLEXOR, G. G.; LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E; F.; DELGADO, N.; MOREIRA, R. (Org.). **Mundo Rural IV: configurações rural-urbanas – poderes e políticas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 199-216.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa.** 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 97, 1972.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Sebastião Teixeira. **Desenvolvimento da Pecuária Leiteira em face das políticas governamentais.** 2º Congresso Brasileiro de Gado Leiteiro, ESALQ, p. 1-2, dez. 1995.

GOMES, L.F.A.M., **Teoria da Decisão.** Thomson Learning, 2007. ISBN 85-221-0529-4.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

GOOGLE                      IMAGENS.                      Disponível                      em:  
<[https://www.google.com.br/search?q=mapas+de+palma+sola+sc&biw=1366&bih=681&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAcQ\\_AUoAmoVChMI2uyY2LOoxwIVBSCQCh3Avgjc&dpr=1](https://www.google.com.br/search?q=mapas+de+palma+sola+sc&biw=1366&bih=681&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAcQ_AUoAmoVChMI2uyY2LOoxwIVBSCQCh3Avgjc&dpr=1)>. Acesso em 20 jul. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2.ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1980

GUANZIROLI, Carlos E.; et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, p. 24-34, 2001.

GUEDES PINTO, Luis Carlos. Notas sobre a política de crédito rural. In: Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 3, 1978, **Anais...** São Paulo (SP): SBPC, 1978.

IBGE. Censo Agropecuário. **Agricultura familiar: primeiros resultados.** Rio de Janeiro, 267 p. 2006. Disponível em: <

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf)> Acesso em 28 mai. 2014.

INCRA. **Instrução Especial n.20 de 28 de maio de 1980**. 1980. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos\\_internos/instrucoes/instrucao\\_especial/IE20\\_280580.pdf](http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf)> acesso em 10 mai. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Sérgio Pereira, *et al.* **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011 (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 14) 236 p.

LIMA, A.P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P.S.; SANTOS, A.C. dos; MULLER, A.G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**, 3 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005. 224 p.

MARTINS, G. A. **Metodologia de investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASSUQUETTI, A. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. Dissertação de Mestrado, IEPE – UFRGS, 1999.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4, 2001, Belém. **Anais...** Belém: SBS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Impactos do Pronaf: uma análise dos indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. (Série Estudos NEAD, 11), 2005, 136p.

MAXWELL, J. A. **Qualitative Research Design: an interactive approach**. Thousand Oaks: Sage. 1996.

MEDEIROS, Roberta. Importância da comunicação eficaz no século XXI. **Administradores o Portal da Administração**, 2008. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/importancia-da-comunicacao-eficaz-no-seculo-xxi/23132/>>. Acessado em 01 jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde S. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p.131-152.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; MAIA, Cláudio Machado; MELO, Lenivaldo Manoel de. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MILL, John Stuart. ([1836] 1974). Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In Bentham, Stuart Mill. São Paulo: Abril Cultural, 291-315 (Col. Os Pensadores). Disponível em:

<[http://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=%22Da+defini%C3%A7%C3%A3o+de+economia+pol%C3%ADtica+e+do+m%C3%A9todo+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+pr%C3%B3prio+a+ela%22&author=MILL+John+StuartBentham+Stuart+Mill&publication\\_year=1974&pages=291-315](http://scholar.google.com/scholar_lookup?title=%22Da+defini%C3%A7%C3%A3o+de+economia+pol%C3%ADtica+e+do+m%C3%A9todo+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+pr%C3%B3prio+a+ela%22&author=MILL+John+StuartBentham+Stuart+Mill&publication_year=1974&pages=291-315)>. Acesso em 01/09/2014.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPFA, 1999.

MORITZ, Gilberto; PEREIRA, Mauricio. **Processo Decisório**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. 168 p. Disponível em:

<[http://www.uapi.ufpi.br/conteudo/disciplinas/pro\\_dec/download/Processo\\_Decisorio\\_final\\_18\\_12\\_06.pdf](http://www.uapi.ufpi.br/conteudo/disciplinas/pro_dec/download/Processo_Decisorio_final_18_12_06.pdf)> Acesso em 01 jun. 2014.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MUELLER, Charles C. A política agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. **Revista de política agrícola**, ano xix (edição especial de aniversário do MAPA – 150 anos), p. 9-23,2010.

NEVES, D. P. Agricultura familiar, questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p. 21-37, 1995.

PAIVA, Fabiana Silva. **O processo de decisão sob a perspectiva da economia comportamental e da neurociência**. 2013. 104 p. Dissertação (Controlo de Gestão e dos Negócios) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Portugal, 2013.

PALMA SOLA, **Prefeitura Municipal de Palma Sola-SC**. Características físicas. Disponível em: < <http://www.palmasola.sc.gov.br/caracteristicas-fisicas.asp>> Acesso em: 12 jan. 2015.

PEREIRA, Gilberto Schreiner. **As cidades gêmeas**. Blumenau: Odorizzi, 2004.

PICOLOTTO, Everton L. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v.9, nº.18, 2009.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n.114, p. 179-195, nov. 2001.

PORTAL BRASIL. Governo libera mais R\$ 353 mil para municípios de SC atingidos pela seca. **Portal Brasil**, 2012 Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/01/governo-libera-mais-r-353-mil-para-municipios-de-sc-atingidos-pela-seca>> Acesso em 01 mai. 2015

PORTER, Michael E. **Competitive Strategy**. New York, The Free Press, 1980.

PORTO, Maria S.G.; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de sociologia**, v.6, p.76-88, 1994.

REITER, Janice M. Waituch. **Uma análise do Pronaf em Santa Catarina** – Relatório em atendimento as metas 6 e 7 do Convenio Epagri/MDA 065/2006 – Santa Catarina: Epagri, p. 4 – jun./2007.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro (RJ): Garamont, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> Acesso em 10 mai. 2014.

SCHUHMANN, Maitê Luize. **O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os Agricultores familiares do município de Teutônia/RS**. Dissertação em Extensão Rural, Área de dinâmicas econômicas e Organizacionais. UFSM agosto 2012 Santa Maria-RS, 157 p.

SIMON, Herbert A. **A capacidade de decisão e liderança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

\_\_\_\_\_. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

\_\_\_\_\_. **A capacidade de decisão e liderança**. 2º Edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora Fundo de Cultura S.A., 1972

SOUZA, B. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul. /dez 2006.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, p. 268-293, 1999.

STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, Edward. **Administração**. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STROPASOLAS, V. L.; **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006

VEIGA, **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria N.B. Apresentação. In: WANDERLEY, Maria N.B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2009, p.9-22.

WEBB, E.J., Campbell D.T., Schwartz R.D., & Sechrest L. **Unobtrusive Measures: Non-Reactive Research in the Social Sciences**. Rand McNally, Chicago. 1996.

WIVES, D.G.; MACHADO, J.A.D. **Fatores influentes e a tomada de decisão nos sistemas de produção da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté-SP, v.10, n.4, p.225-247. set. /dez. 2014

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos** [recurso eletrônico]/Robert K. Yin; [tradução: Cristhian Matheus Herrera]. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO

#### REPRESENTATIVIDADE DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS: Resultados e Expectativas na Agricultura Familiar

2014 - MPA - Leandro J. Paetzold e Silvio Santos Junior

*Este estudo pretende identificar os pontos fortes que auxiliam a propriedade no Programa Mais Alimentos, e o que precisa ser melhorado. Gostaria de saber a sua experiência com a atividade e como elas ajudaram a tomar as decisões. AS RESPOSTAS SERÃO CONFIDENCIAIS. O (A) SR(A) NÃO SERÃO IDENTIFICADOS EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA. Agradecemos pela colaboração. Sua experiência será importante para tentar identificar melhorias no Programa.*

#### Identificações Gerais

*Neste bloco pretende-se caracterizar o perfil da propriedade e do administrador*

1. Qual é a sua idade ?	<input type="text"/>
<i>A resposta deve ser compreendida entre 1 e 99.</i>	
2. Quantas pessoas residem em casa	<input type="text"/>
<i>A resposta deve ser inferior a 10.</i>	
3. Qual é a sua escolaridade?	
<input type="radio"/> Analfabeto <input type="radio"/> Ensino Básico <input type="radio"/> Ensino Fundamental <input type="radio"/> Ensino Médio <input type="radio"/> Ensino Superior Incompleto <input type="radio"/> Ensino Superior Completo <input type="radio"/> Pós-graduação	
4. Quantos cursos você participou de 2009 a 2014?	<input type="text"/>
5. Quais eram os assuntos (enfoque) destes cursos realizados?	
<input type="checkbox"/> Gestão da propriedade <input type="checkbox"/> Manejo na produção <input type="checkbox"/> Finanças e Investimentos <input type="checkbox"/> Qualidade na produção <input type="checkbox"/> Outro <i>Você pode marcar diversas casas.</i>	
6. Se 'Outro', descreva qual curso:	<input type="text"/>
7. Qual o tamanho da área própria da propriedade?	<input type="text"/>
8. Possui área de terra arrendada?	
<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim	
9. Se 'Sim', defina a quantidade:	<input type="text"/>
10. Quais são as atividades de renda da propriedade?	
<input type="checkbox"/> Cereais (Milho, Soja, Feijão) <input type="checkbox"/> Bovinocultura de Leite <input type="checkbox"/> Bovinocultura de Corte <input type="checkbox"/> Fumicultura <input type="checkbox"/> Avicultura <input type="checkbox"/> Suinocultura <input type="checkbox"/> Outros <i>Você pode marcar diversas casas (5 no máximo).</i>	
11. Se 'Outros', descreva qual atividade:	<input type="text"/>

<b>Informe os rendimentos anuais com as seguintes atividades</b>	
12. Bovinocultura de Leite	<input type="text"/>
13. Bovinocultura de Corte	<input type="text"/>
14. Cultura da Soja	<input type="text"/>
15. Cultura do Milho	<input type="text"/>
16. Fumicultura	<input type="text"/>
17. Avicultura	<input type="text"/>
18. Suinocultura	<input type="text"/>
19. OUTRAS ATIVIDADES	<input type="text"/>

<b>Quais são os tipos de registros que a propriedade possui para o controle da produção?</b>				
	<b>Manual (caderno)</b>	<b>Sistema Informatizado (Sist. com Gerenciador)</b>	<b>Sistema Automatizado</b>	<b>Nenhum</b>
20. Bovinocultura de Leite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21. Bovinocultura de Corte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22. Culturas Anuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23. Fumicultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24. Avicultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25. Suinocultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### Características do Investimento

*Neste bloco o objetivo é identificar o perfil de investimento.*

26. Em qual setor agropecuário o investimento foi realizado?
<input type="checkbox"/> Bovinocultura de Leite <input type="checkbox"/> Suinocultura <input type="checkbox"/> Avicultura <input type="checkbox"/> Cereais <input type="checkbox"/> Bovinocultura de Corte <input type="checkbox"/> Fumicultura
<i>Você pode marcar diversas casas.</i>

27. Com quais as Instituições negocia a produção?
<input type="checkbox"/> Cooperativas <input type="checkbox"/> Agroveterinárias <input type="checkbox"/> Instituições Privadas <input type="checkbox"/> Outras Empresas
<i>Você pode marcar diversas casas.</i>

28. Se 'Outras Empresas', descreva com qual negocia:
<input type="text"/>

<b>Informe quando iniciou as seguintes atividades:</b>		
	<b>Antes do Investimento</b>	<b>Depois do Investimento</b>
29. Bovinocultura de Leite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30. Bovinocultura de Corte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31. Culturas Anuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32. Fumicultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33. Avicultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34. Suinocultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. Com quem obteve informações sobre o Programa Mais Alimentos?
<input type="checkbox"/> Cooperativas <input type="checkbox"/> Bancos <input type="checkbox"/> Sindicatos <input type="checkbox"/> Vendedores <input type="checkbox"/> Parentes <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Outros
<i>Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).</i>

36. Se 'Outros', descreva quem forneceu informações :
<input type="text"/>

37. Qual foi o valor acessado de crédito no Programa Mais Alimentos?	<input type="text"/>
--	----------------------

Em que ano foi contratado o investimento?						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
38. Bovinos de Leite	<input type="checkbox"/>					
39. Bovinocultura de Corte	<input type="checkbox"/>					
40. Culturas anuais	<input type="checkbox"/>					
41. Fumicultura	<input type="checkbox"/>					
42. Avicultura	<input type="checkbox"/>					
43. Suinocultura	<input type="checkbox"/>					

44. Informe em qual(is) instituição(ões) contratou operações de Investimento no Programa Mais Alimentos?

Sicob São Miguel  Banco do Brasil  Cresol  Sicredi  Outro

*Você pode marcar diversas casas (4 no máximo).*

45. Se 'Outro', descreva qual Instituição :

46. Qual foi o valor acessado de crédito no Programa Mais Alimentos nesta outra Instituição Financeira?

Em que ano contratou o Investimento no Programa Mais Alimentos nesta outra instituição?

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
47. Bovinos de Leite	<input type="checkbox"/>					
48. Bovinocultura de Corte	<input type="checkbox"/>					
49. Culturas anuais	<input type="checkbox"/>					
50. Fumicultura	<input type="checkbox"/>					
51. Avicultura	<input type="checkbox"/>					
52. Suinocultura	<input type="checkbox"/>					

53. Quais foram as facilidades para contratar a Operação de Investimento nesta Instituição Financeira?

54. No momento da contratação do Investimento no Programa Mais Alimentos, optou pela carência do contrato?

Não  Sim

55. Se 'Sim', defina por quê? :

*Informe os reais motivos que o levaram a utilizar esta opção.*

### Percepções do Administrador

*Neste bloco o objetivo é a percepção dos resultados identificados até o momento com a inclusão no Programa Mais Alimentos*

56. Como está a satisfação com a sua inclusão no Programa Mais Alimentos?

Totalmente insatisfeito  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  Totalmente satisfeito

57. Qual foi o motivo de maior relevância que o/a levou a decidir em captar recursos no Programa Mais Alimentos?

Diversificação da produção  Aumento na produtividade  Aumento da produção  
 Diminuição da penosidade no trabalho  Realização pessoal  Reconhecimento profissional  
 Juros Baixos  Prazo de pagamento  Outro

*Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).*

58. Se 'Outro', descreva quais motivos :

59. Na busca de realizar um investimento viável, o que foi considerado para decidir em investir no Programa Mais Alimentos  
 Retorno (custo/benefício) para a propriedade  Juros Baixos  Período de carência  Prazo de pagamento  Outro

60. Se 'Outro', descreva quais são:

61. Qual o principal efeito/consequência que o Programa Mais Alimentos trouxe para a família?

- Aumento do bem-estar  Melhoria na renda  Diminuição da penosidade no trabalho  
 Diminuição do bem-estar  Endividamento  Menos tempo para o lazer  
 Comprometimento da renda familiar  Outro

*Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).*

62. Se 'Outro', descreva quais foram:

63. Qual o principal efeito no Sistema Produtivo através do Programa Mais Alimentos?

- Aumento da produtividade na mesma área de terra  Aumento da produtividade do trabalho  
 Aumento de produção  Maior flexibilidade operacional  
 Diversificação nos sistemas produtivos  Maior inserção nos mercados produtivos  
 Outro

*Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).*

64. Se 'Outro', descreva qual foi:

65. Gostaria de deixar um comentário adicional sobre o Programa Mais Alimentos

#### DADOS PRODUTIVOS OBTIDOS JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL

Renda Leite PREFEITURA

66. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2009

67. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2010

68. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2011

69. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2012

70. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2013

71. BOVINOCULTURA DE LEITE EM 2014

<b>Renda Bov. Corte PREFEITURA</b>	
72. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2009	<input type="text"/>
73. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2010	<input type="text"/>
74. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2011	<input type="text"/>
75. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2012	<input type="text"/>
76. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2013	<input type="text"/>
77. BOVINOCULTURA DE CORTE EM 2014	<input type="text"/>
<b>REDA MILHO PREFEITURA</b>	
78. CULTIVO DE MILHO EM 2009	<input type="text"/>
79. CULTIVO DE MILHO EM 2010	<input type="text"/>
80. CULTIVO DE MILHO EM 2011	<input type="text"/>
81. CULTIVO DE MILHO EM 2012	<input type="text"/>
82. CULTIVO DE MILHO EM 2013	<input type="text"/>
83. CULTIVO DE MILHO EM 2014	<input type="text"/>
<b>REDA SOJA PREFEITURA</b>	
84. CULTIVO DE SOJA EM 2009	<input type="text"/>
85. CULTIVO DE SOJA EM 2010	<input type="text"/>
86. CULTIVO DE SOJA EM 2011	<input type="text"/>
87. CULTIVO DE SOJA EM 2012	<input type="text"/>
88. CULTIVO DE SOJA EM 2013	<input type="text"/>
89. CULTIVO DE SOJA EM 2014	<input type="text"/>
<b>REDA FUMO PREFEITURA</b>	
90. CULTIVO DE FUMO EM 2009	<input type="text"/>
91. CULTIVO DE FUMO EM 2010	<input type="text"/>
92. CULTIVO DE FUMO EM 2011	<input type="text"/>
93. CULTIVO DE FUMO EM 2012	<input type="text"/>
94. CULTIVO DE FUMO EM 2013	<input type="text"/>
95. CULTIVO DE FUMO EM 2014	<input type="text"/>
<b>REDA AVICULTURA PREFEITURA</b>	
96. AVICULTURA DE CORTE EM 2009	<input type="text"/>
97. AVICULTURA DE CORTE EM 2010	<input type="text"/>
98. AVICULTURA DE CORTE EM 2011	<input type="text"/>
99. AVICULTURA DE CORTE EM 2012	<input type="text"/>
100. AVICULTURA DE CORTE EM 2013	<input type="text"/>
101. AVICULTURA DE CORTE EM 2014	<input type="text"/>

<b>RENDA SUINOCULTURA PREFEITURA</b>	
102. SUINOCULTURA EM 2009	<input type="text"/>
103. SUINOCULTURA EM 2010	<input type="text"/>
104. SUINOCULTURA EM 2011	<input type="text"/>
105. SUINOCULTURA EM 2012	<input type="text"/>
106. SUINOCULTURA EM 2013	<input type="text"/>
107. SUINOCULTURA EM 2014	<input type="text"/>
<b>RENDA HORTICULTURA PREFEITURA</b>	
108. HORTICULTURA EM 2009	<input type="text"/>
109. HORTICULTURA EM 2010	<input type="text"/>
110. HORTICULTURA EM 2011	<input type="text"/>
111. HORTICULTURA EM 2012	<input type="text"/>
112. HORTICULTURA EM 2013	<input type="text"/>
113. HORTICULTURA EM 2014	<input type="text"/>
<b>114. MELHORIAS NO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS</b>	
<input type="checkbox"/> BEM ESTAR	<input type="checkbox"/> POLÍTICAS DE INCENTIVO
<input type="checkbox"/> ESTÁ BOM	<input type="checkbox"/> DIMINUIR A BUROCRACIA
<input type="checkbox"/> COMPRAR OUTROS IMÓVEIS	<input type="checkbox"/> DIMINUIR OS JUROS
<input type="checkbox"/> MAIOR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	
<i>Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).</i>	
<b>115. DESCREVE OS MOTIVOS DE CONTRATAR EM OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</b>	
<input type="checkbox"/> AGILIDADE	<input type="checkbox"/> DIMINUIR A BUROCRACIA
<input type="checkbox"/> O MOVIMENTO ECONOMICO ERA NA OUTRA INSITUIÇÃO	
<i>Você pode marcar diversas casas.</i>	

## APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: REPRESENTATIVIDADE DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS: Resultados e Expectativas na Agricultura Familiar

O motivo que nos leva a propor este estudo produzir um modelo para o gerenciamento dos Recursos do Pronaf Mais Alimentos, no intuito de aprimorar a eficácia dos recursos recebidos pelo programa. A pesquisa se justifica por resultar em melhor entendimento do PAA. O (os) procedimento (s) de coleta de dados será da seguinte forma: Será realizado um questionário e entrevista com V.Sa. e coleta de dados das notas fiscais de produtores, junto à Prefeitura Municipal de Palma Sola.

Asseguramos que nenhum risco ou desconforto será gerado, uma vez que nenhuma informação será utilizada de forma individual e os resultados da pesquisa estarão a sua disposição, o que pode lhe trazer benefícios informacionais.

Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa do estudo, e é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, por quaisquer motivos. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O (s) pesquisador (es) irá (ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados do estudo estarão disponíveis para consulta, caso lhe interessem. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este consentimento está impresso e assinado em três vias, uma cópia será fornecida a você, uma ficará com o pesquisador (es) responsável (eis) e a outra será encaminhada à Prefeitura, para autorizar acesso as NFPR.

A participação no estudo, não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira

### DECLARAÇÃO DO SUJEITO PARTICIPANTE

Eu, ....., fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e ou retirar meu consentimento. Os responsáveis pela pesquisa acima, certificaram-me de que todos os meus dados serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar o estudante Leandro José Paetzold. (49) 9112-0482 e o pesquisador responsável Silvio Santos Junior (49) 9964-9013. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Autorizo aos pesquisadores acessar as Notas Fiscais de Produtor Rural, por mim emitida, disponíveis na Prefeitura de Municipal de Palma Sola – SC.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível:

Endereço:

RG.

Fone:

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

.....  
Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ANEXOS

## ANEXO I – QUADRO COM O ENQUADRAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Quadro 6. Enquadramento dos agricultores familiares

GRUPO A	<p>a) agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Propera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;</p> <p>b) estão incluídos no grupo A de que trata a alínea anterior os agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, e ainda as seguintes condições:</p> <p>I - Não detenham, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal, inclusive a que detiver o cônjuge e/ou companheiro (a);</p> <p>II - Tenham recebido, nos 12 (doze) meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$14.000,00 (quatorze mil reais);</p> <p>III - tenham sido reassentados em função da construção de barragens cujo empreendimento tenha recebido licença de instalação emitida pelo órgão ambiental responsável antes de 31/12/2002;</p> <p>IV - A DAP seja emitida com a observância da regulamentação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e confirme a situação de agricultor familiar reassentado em função da construção de barragens e a Observância das condições referidas nesta alínea;</p>
GRUPO B	<p>Agricultores familiares que:</p> <p>I - Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;</p> <p>II - Residam na propriedade ou em local próximo;</p> <p>III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;</p> <p>IV - Obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;</p> <p>V - Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;</p> <p>VI - Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;</p>
Agricultores familiares	<p>Agricultores familiares que:</p> <p>I - Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA;</p> <p>II - Residam na propriedade ou em local próximo;</p> <p>III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;</p> <p>IV - Obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;</p> <p>V - Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes;</p>

	VI - Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$4.000,00 (quatro mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
GRUPO "A/C"	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que: I - Apresentem DAP para o grupo A/C, fornecida pelo Incra para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo PNCF; II - Já tenham contratado a primeira operação no grupo A; III - não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no grupo A/C.
Demais beneficiários	São também beneficiários e se enquadram como agricultores familiares do Pronaf, exceto nos grupos A e A/C, desde que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais que 2 (dois) empregados permanentes: a) pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; b) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; c) silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; d) aquicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500m <sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; e) comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos; f) povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos; g) agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente.

Fonte: BRASIL (2006)